

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	62
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	34.424.288
Preferenciais	75.321.532
Total	109.745.820
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	3.325.940	3.086.920	3.161.897
1.01	Ativo Circulante	860.070	701.737	910.050
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	267.993	391.731	797.116
1.01.02	Aplicações Financeiras	407.024	250.483	57.870
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	407.024	250.483	57.870
1.01.02.01.02	Títulos Designados a Valor Justo	407.024	250.483	57.870
1.01.03	Contas a Receber	112.529	2.391	4.453
1.01.03.01	Clientes	112.529	2.391	4.413
1.01.03.01.01	Taxas de administração e performance	112.529	2.391	4.413
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	0	40
1.01.03.02.01	Valores a receber de instrumentos derivativos	0	0	40
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.305	5.033	4.734
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	69.219	52.099	45.877
1.02	Ativo Não Circulante	2.465.870	2.385.183	2.251.847
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	183.087	300.041	265.622
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	72.101	118.766	120.110
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	72.101	118.766	120.110
1.02.01.04	Contas a Receber	34.338	41.635	45.197
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	34.338	41.635	45.197
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	61.283	88.481	65.406
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	61.283	88.481	65.406
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	15.365	51.159	34.909
1.02.01.10.01	Ativos Não-Correntes a Venda	15.365	51.159	34.909
1.02.02	Investimentos	2.279.800	2.082.236	1.983.311
1.02.02.01	Participações Societárias	2.279.800	2.082.236	1.983.311
1.02.03	Imobilizado	2.983	2.906	2.914
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.983	2.906	2.914

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	3.325.940	3.086.920	3.161.897
2.01	Passivo Circulante	196.682	77.294	68.692
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	155.025	28.646	30.933
2.01.02	Fornecedores	18.924	22.501	13.272
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.384	7.769	7.804
2.01.05	Outras Obrigações	9.722	8.218	6.216
2.01.05.02	Outros	9.722	8.218	6.216
2.01.05.02.06	Outros	9.722	8.218	6.216
2.01.06	Provisões	5.627	10.160	10.467
2.01.06.02	Outras Provisões	5.627	10.160	10.467
2.01.06.02.04	Juros provisionados	5.627	10.160	10.467
2.02	Passivo Não Circulante	402.743	657.770	651.130
2.02.02	Outras Obrigações	281.911	506.134	542.059
2.02.02.02	Outros	281.911	506.134	542.059
2.02.02.02.05	Bonus perpetuos	281.911	506.134	522.145
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	0	0	19.914
2.02.04	Provisões	120.832	151.636	109.071
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.726.515	2.351.856	2.442.075
2.03.01	Capital Social Realizado	330	330	326
2.03.02	Reservas de Capital	948.089	949.628	946.936
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-431.967	-730.769	-428.466
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	952.992	909.273	730.877
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.257.071	1.223.394	1.192.402

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	851.396	-417.879	474.753
3.01.01	Venda de Produtos e Serviços	-5.474	-357.522	-75.359
3.01.02	Receita de Gestão de Fundos, Performance e ganhos (perdas) de capital	169.956	42.642	46.100
3.01.03	Dividendos	40.929	16.160	46.219
3.01.04	Consultoria e outros serviços	2.960	9.768	3
3.01.05	(Desvalorização) valorização no valor justo de investimentos	768.820	-460.255	420.463
3.01.06	Reversão do valor justo não realizado na alienação de investimentos	-125.795	331.328	37.327
3.03	Resultado Bruto	851.396	-417.879	474.753
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-277.897	-132.317	-136.135
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-231.276	-85.439	-93.002
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-46.621	-46.878	-43.133
3.04.05.01	Bonificações, líquidas	-20.863	-18.670	-21.602
3.04.05.02	Provisão para contingências	-25.758	-28.208	-21.531
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	573.499	-550.196	338.618
3.06	Resultado Financeiro	-22.368	-52.676	-66.191
3.06.01	Receitas Financeiras	26.045	31.230	28.013
3.06.01.01	Receitas financeiras	26.045	31.230	28.013
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.413	-83.906	-94.204
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	551.131	-602.872	272.427
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.612	-5.208	-8.294
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	547.519	-608.080	264.133
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	547.519	-608.080	264.133
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	298.802	-302.299	127.682
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	248.717	-305.781	136.451

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	547.519	-608.080	264.133
4.02	Outros Resultados Abrangentes	98.752	393.556	45.614
4.02.02	Ajuste Cumulativo de Conversão	101.151	422.650	42.345
4.02.03	Ganho Não Realizado sobre Títulos Disponíveis para Venda	0	-17.665	2.300
4.02.05	Ajuste de despesa com plano de opção	0	0	-61
4.02.06	Variação Cambial sobre investimento no exterior	-2.399	-11.429	1.030
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	646.271	-214.524	309.747
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	342.520	-123.907	152.390
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	303.751	-90.617	157.357

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-62.220	-144.381	-94.575
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-184.309	-36.490	-18.446
6.01.01.01	(Aumento)/diminuição no valor justo dos investimentos	-768.821	460.255	-420.463
6.01.01.02	(Ganhos)/perdas não realizados em instrumentos derivativos	0	20	2.760
6.01.01.03	(Ganhos)/perdas realizados, líquidos	5.473	357.522	75.359
6.01.01.04	Remuneração baseada em ações	1.238	3.469	4.892
6.01.01.05	(Ganhos)/perdas não realizados em itens denominados em moeda estrangeiras	0	0	7.652
6.01.01.06	Juros provisionados sobre fundos em garantia	-1.646	12.916	-5.802
6.01.01.07	Amortização de despesas antecipadas	1.757	464	216
6.01.01.08	Depreciação de ativo fixo	770	872	984
6.01.01.09	Juros sobre ativos disponíveis para venda	2.190	0	0
6.01.01.10	Provisão para contingências	-37.681	22.892	17.360
6.01.01.11	Juros sobre bônus perpétuo	-1.490	-3.612	-4.304
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e recebíveis	363	227	-209
6.01.01.13	Outros	-41	-1.284	13.728
6.01.01.14	Ganho (perda) na diluição de participação de acionistas não controladores	73	-162	0
6.01.01.15	Provisão de imposto de renda e contribuição social a pagar	2.669	3.236	5.893
6.01.01.16	Lucro (prejuízo) do exercício	547.519	-608.080	264.133
6.01.01.17	Reversão do (aumento)/diminuição não realizado no valor justo dos investimentos	125.795	-331.328	-37.327
6.01.01.18	Taxa de performance não-realizada	-110.184	0	0
6.01.01.19	Juros sobre empréstimos a pagar	47.707	53.560	54.285
6.01.01.20	(Ganhos)/perdas não realizados sobre ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	0	-7.457	2.397
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	172.466	-51.095	-15.951
6.01.02.01	(Recebíveis)/a pagar relacionados a empregados e acionistas	8.891	8.065	-2.842
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	128.788	-4.850	9.937
6.01.02.07	Contas a (receber)/pagar	-3.584	5.198	-3.350
6.01.02.08	Pagamentos relativos a instrumentos derivativos	0	74	-2.180
6.01.02.09	Impostos a pagar	-718	-681	-9.628

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.10	Outros Ativos	5.045	-44.269	-11.278
6.01.02.11	Outros Passivos	-3.138	21	1.766
6.01.02.12	Taxas de administração e performance	-2.161	2.576	1.624
6.01.02.13	Empréstimos a receber de partes relacionadas	39.343	2.296	0
6.01.02.14	Outros passivos - longo prazo	0	-19.525	0
6.01.03	Outros	-50.377	-56.796	-60.178
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	-2.669	-3.236	-5.893
6.01.03.02	Juros pagos	-47.708	-53.560	-54.285
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	424.440	-367.128	505.929
6.02.01	Aquisição de investimentos através da Spice - FoodFirst Global Restaurants	0	-344.335	0
6.02.02	Recursos Provenientes da Venda de Investimentos	587.106	147.975	167.359
6.02.03	Aplicações Financeiras em Títulos e Valores Mobiliários	-710	20.652	421
6.02.04	(Aquisição)/venda de investimentos financeiros	-6.106	-242.202	-18.335
6.02.05	Resultado na Alienação de Instrumentos Financeiros	77.887	75.518	107.135
6.02.06	Aquisição de investimentos através da Spice - The Craftory	0	-7.810	-38.959
6.02.07	Transferência para "SPV's" para pagamento de despesas	-3.516	-1.543	-1.832
6.02.08	(Aquisição) venda de investimentos disponíveis	-44	0	233.487
6.02.09	Recursos provenientes da venda de investimentos detidos através da Spice	0	16.520	249.954
6.02.10	Reserva de caixa	-222.904	0	-20.370
6.02.11	Recursos provenientes da venda de investimentos - private equity	0	0	-711
6.02.12	(Aquisição)/venda de outros investimentos	-38.474	-23.386	-10.486
6.02.13	Aquisição de participação não controladora- BRZ investimentos	0	0	3.395
6.02.15	Aquisição de investimentos - Rimini	-86	0	0
6.02.16	Aquisição de investimentos - real estate	42.212	0	0
6.02.17	(Aquisição)/venda de móveis e equipamentos	-745	-436	-20
6.02.18	(Aquisição)/venda de outros investimentos	0	-8.081	-685
6.02.19	Aquisição de investimentos através da Spice	-58.273	0	-177.834
6.02.20	Recursos provenientes de fundos de garantia	48.093	0	13.410

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-487.031	27.506	-153.659
6.03.01	Aporte de capital de Limited Partners - private equity	200.978	51.219	129.348
6.03.02	Aporte de capital de Limited Partners - investimentos imobiliários	-414	1.309	3.052
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	0	883	5.042
6.03.04	Distribuição de recursos para Limited Partners - private equity	-411.781	-104.491	-167.957
6.03.05	Aquisição de ações em tesouraria	-2.621	-1.005	0
6.03.06	Acionistas não controladores - FoodFirst Global Restaurants	14.190	168.793	0
6.03.08	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	0	0	-156.723
6.03.09	Distribuição de recursos para Limited Partners - investimentos imobiliários	-38.744	-4.082	0
6.03.10	Subscrição de capital de não controladores da BRZ Investimentos S.A.	0	1.398	2.086
6.03.11	Pagamento de bônus perpétuo	-240.153	-86.518	32.116
6.03.13	Recompra de ações de não controladores BRZ Investimentos S.A.	0	0	-623
6.03.15	Aumento de capital	-226	0	0
6.03.19	Distribuição a outros não-controladores	-8.260	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.071	78.618	25.761
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-123.740	-405.385	283.456
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	391.731	797.116	513.660
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	267.991	391.731	797.116

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	330	949.627	0	-730.769	909.274	1.128.462	1.223.394	2.351.856
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	330	949.627	0	-730.769	909.274	1.128.462	1.223.394	2.351.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-1.538	0	0	0	-1.538	-270.074	-271.612
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-2.619	0	0	0	-2.619	0	-6.031
5.04.08	Remuneração baseada em ações reconhecida no período	0	1.012	0	0	0	1.012	0	1.012
5.04.09	Ganho (perda) na diluição de participação de acionistas não controladores	0	69	0	0	0	69	0	69
5.04.10	Contribuição de capital por Limited Partners	0	0	0	0	0	0	199.494	199.494
5.04.11	Distribuição de capital a Limited Partners	0	0	0	0	0	0	-449.049	-449.049
5.04.12	Acionistas não-controladores Spice	0	0	0	0	0	0	-24.356	-24.356
5.04.13	Aporte de capital em FoodFirst Global Restaurants - Spice	0	0	0	0	0	0	14.190	14.190
5.04.14	Variações nas participações de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	-10.353	-6.941
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	298.802	43.718	342.520	303.751	646.271
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	298.802	0	298.802	248.717	547.519
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	43.718	43.718	55.034	98.752
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	46.038	46.038	55.113	101.151
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes subnível	0	0	0	0	-2.320	-2.320	-79	-2.399
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	330	948.089	0	-431.967	952.992	1.469.444	1.257.071	2.726.515

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	326	946.936	0	-428.466	730.877	1.249.673	1.192.402	2.442.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	326	946.936	0	-428.466	730.877	1.249.673	1.192.402	2.442.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	4	2.692	0	0	0	2.696	121.609	124.305
5.04.01	Aumentos de Capital	4	390	0	0	0	394	0	394
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-1.005	0	0	0	-1.005	0	-1.005
5.04.08	Remuneração baseada em ações reconhecida no período	0	3.469	0	0	0	3.469	0	3.469
5.04.09	Ágio pago na aquisição de participação não controladora	0	-162	0	0	0	-162	0	-162
5.04.10	Contribuição de capital por Limited Partners	0	0	0	0	0	0	53.926	53.926
5.04.11	Distribuição de capital a Limited Partners	0	0	0	0	0	0	-108.573	-108.573
5.04.12	Contribuição de capital por acionistas não controladores - FoodFirst Global Restaurants	0	0	0	0	0	0	168.793	168.793
5.04.13	Variações nas participações de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	7.463	7.463
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-302.299	178.396	-123.903	-90.621	-214.524
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-302.299	0	-302.299	-305.781	-608.080
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	178.396	178.396	215.160	393.556
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	206.484	206.484	216.166	422.650
5.05.02.06	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-28.088	-28.088	-1.006	-29.094
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	330	949.628	0	-730.765	909.273	1.128.466	1.223.390	2.351.856

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	323	937.365	0	-556.148	706.169	1.087.709	1.059.784	2.147.493
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	323	937.365	0	-556.148	706.169	1.087.709	1.059.784	2.147.493
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3	9.571	0	0	0	9.574	-24.739	-15.165
5.04.01	Aumentos de Capital	3	5.039	0	0	0	5.042	0	5.042
5.04.08	Remuneração baseada em ações reconhecida no período	0	4.892	0	0	0	4.892	0	4.892
5.04.09	Ágio pago na aquisição de participação não controladora	0	-360	0	0	0	-360	59	-301
5.04.10	Aporte de capital por não controladores da BRZ Investimentos S.A	0	0	0	0	0	0	2.031	2.031
5.04.11	Aporte de capital pelos Limited Partners	0	0	0	0	0	0	106.644	106.644
5.04.12	Distribuição a Limited Partners	0	0	0	0	0	0	-133.913	-133.913
5.04.13	Variações em participações de acionistas não controladores	0	0	0	0	0	0	440	440
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	127.682	24.708	152.390	157.357	309.747
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	127.682	0	127.682	136.451	264.133
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	24.708	24.708	20.906	45.614
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	21.735	21.735	20.610	42.345
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	2.973	2.973	296	3.269
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	326	946.936	0	-428.466	730.877	1.249.673	1.192.402	2.442.075

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carteira dos fundos de Private Equity



Data do investimento
Novembro 2012

Veículo de investimento
GPCP V

Indústria
Varejo de Artigos Esportivos

Liquidez do ativo
Companhia de capital aberto

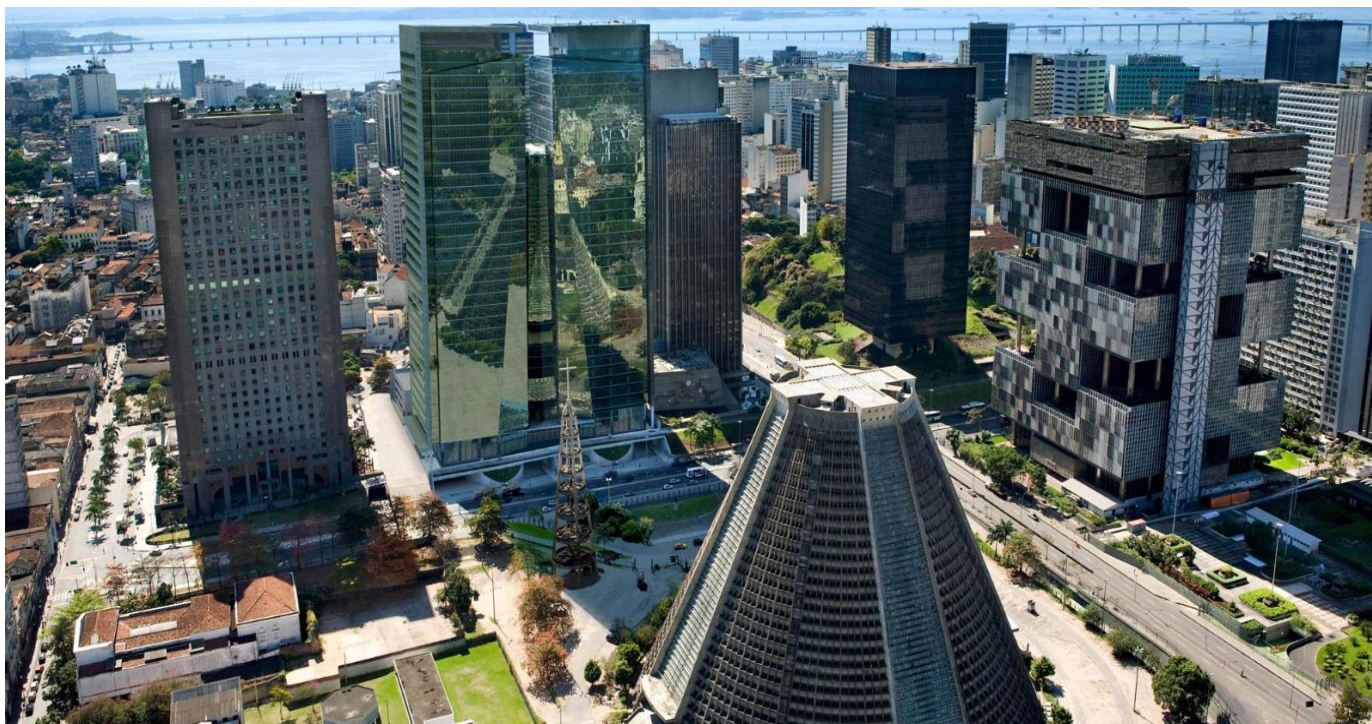
A **Centauro** (B3: **CNTO3**) é a maior varejista de artigos esportivos da América Latina. Fundada em abril de 1981 em Belo Horizonte, Minas Gerais, a companhia agora está presente em todo o país com quase 200 lojas em 22 de 26 estados e no Distrito Federal. As lojas da Centauro são construídas para serem verdadeiros templos dedicados ao esporte, nas quais os clientes não apenas compram, mas também desfrutam de uma experiência de compra sem igual. O foco da companhia é tornar a tecnologia um elemento cada vez mais importante nessa experiência, oferecendo iniciativas *omnichannel* - que são fundamentais para sua estratégia - por meio da integração das operações on-line e off-line.

Atualização 4T19

A empresa teve mais um forte trimestre, com bons resultados tanto em suas lojas físicas quanto na plataforma digital, com receitas líquidas de BRL 709 mm (com 16% de crescimento ano-a-ano) e de BRL 143 mm (com 22% de crescimento ano-a-ano) respectivamente. A companhia tem demonstrado empenho focado em (a) sua estratégia *omnichannel*, e (b) o lançamento de nova lojas no modelo G5. A receita de vendas do quarto trimestre no canal *omnichannel* resultaram em BRL 113 mm (aumento de 53,5% ano-a-ano). Duas lojas foram reformadas para os modelos G5 e 14 novas lojas G5 foram inauguradas.

Em fevereiro de 2020, o grupo SBF – holding controladora da Centauro – iniciou uma parceria estratégica com a Nike para distribuição exclusiva dos produtos da marca no Brasil, por um período inicial de 10 anos. Além disso, a companhia será responsável pelo gerenciamento das lojas físicas da marca. A transação foi avaliada em BRL 900 milhões, sujeito a alterações e ajustes no preço de fechamento e pós fechamento.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Data do investimento
Junho 2016

Veículo de investimento
GPCP VI

Indústria
Imóveis Comerciais

Liquidez do ativo
Companhia de capital aberto

BR Properties (B3: **BRPR3**) é uma das principais companhias de investimento imobiliário comercial no Brasil. A companhia tem como foco a aquisição, locação, administração, incorporação e venda de imóveis comerciais. Suas operações concentram-se, principalmente, no segmento de imóveis de alto padrão, incluindo escritórios e armazéns (logísticos e industriais) localizados nas principais regiões metropolitanas do país.

Atualização 4T19

A BR Properties ('BRPR') está continuamente engajada em iniciativas voltadas a melhoria de suas taxas de ocupação, eficiência operacional e estrutura de capital. Sua taxa de vacância foi reduzida a 17,3% ao final de 2019, sendo 25,7% em 2018. A Companhia está efetivamente melhorando sua estrutura de capital por meio da venda de ativos e gerenciamento de dívidas – a BR Properties pagou antecipadamente um percentual considerável de sua dívida – com reduções nas despesas financeiras. O preço médio do aluguel por metro quadrado no 4T19 aumentou 4,1% em relação ao 4T18 e 1,0% em relação ao terceiro trimestre. Ao longo do ano, BRPR vendeu 15 ativos *non-core* por um valor total de BRL 1,587 bilhão e adquiriu também 3 torres AAA no complexo Parque da Cidade por BRL 1,362 bilhão. Em novembro, a BR Properties concluiu sua oferta subsequente de ações (*follow-on*) e arrecadou BRL 1,054 bilhão para utilizar, principalmente, no pagamento de dívidas e para novas aquisições.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Data do investimento
Agosto 2007

Veículos de investimento
GPCP III & IV

Indústria
Minerais Refratários

Liquidez do ativo
Companhia de capital aberto

Líder global no mercado de soluções refratárias, a **RHI Magnesita** (LON: **RHIM**) - resulta da fusão, em outubro de 2017, das operações da austríaca RHI e da brasileira Magnesita (controlada pela GP. A RHI Magnesita se destaca no mercado global de soluções refratárias por sua integração vertical, suprindo aproximadamente 80% de suas necessidades de matéria-prima a partir de suas próprias reservas minerais e sendo uma das produtoras de menor custo da indústria de refratários. As reservas da companhia incluem as maiores e melhores minas de magnesita e dolomita do mundo.

Atualização do Processo de Desinvestimento

Em 2019, os fundos geridos pela GP Investments concluíram o desinvestimento de sua posição na empresa RHI Magnesita. A primeira venda ocorreu em julho, ao preço de GBP 46,00 por ação, representando metade de sua posição na empresa; a segunda venda ocorreu em novembro, ao preço de GBP 37,50 por ação. O desinvestimento contribuiu com o montante total de aproximadamente GBP 171 milhões.

Atualmente, os fundos da GP não possuem mais nenhuma participação na companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Data do investimento
Janeiro 2012

Veículo de investimento
GPCP V

Indústria
Agregados Minerais

Liquidez do ativo
Companhia de capital fechado

A **EBAM** é referência no mercado de fornecimento de agregados minerais e materiais de construção, com um vasto portfólio de direitos de exploração mineral, sete minas e um centro de distribuição, todos localizados em regiões estratégicas do Brasil. A companhia oferece produtos como areias, asfaltos, britas e solos.

Atualização 4T19

A indústria de construção mostrou sinais de recuperação no final de 2019, embora não tenham sido em escala significativa. Os resultados da EBAM em 2019 foram melhores do que o esperado, mas a companhia ainda enfrenta dificuldades consideráveis. A GP está focada principalmente na busca de alternativas estratégicas para a companhia.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Data do investimento
Junho 2013

Veículo de investimento
GPCP V

Indústria
Beleza

Liquidez do ativo
Companhia de capital fechado

Beleza Natural é uma rede brasileira de institutos de beleza, com foco em consumidores de classe média baixa. Oferece soluções para cabelos cacheados por meio de uma extensa linha de produtos e serviços prestados por seus institutos de beleza. A companhia abriu sua primeira loja em 1993 no Rio de Janeiro-Brasil e, em 2005, uniu-se à Endeavor, uma equipe internacional de ONGs que visa promover o empreendedorismo de alto impacto. Depois de receber o investimento da GP em 2013, a companhia Beleza Natural inaugurou institutos de beleza em outros estados do Brasil e atualmente conta com 24 institutos em 5 estados.

Atualização 4T19

Em 2019, a Beleza Natural teve sucesso quanto à estabilização de sua cadeia de suprimentos, minimizando a escassez de produtos. Além disso, a companhia identificou a oportunidade de expandir sua oferta de produtos, lançando um novo produto chamado "Babosa" (nome popular para a planta *Aloe Vera*, que apresentou resultados promissores. Baseado nessas iniciativas, as vendas permaneceram estáveis ao longo do ano, apesar de uma ligeira queda no número de clientes.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Carteira imobiliária



Data do investimento
Fevereiro 2012

Veículo de investimento
GPRE

Indústria
Bens Imóveis

Liquidez do ativo
Companhia de capital fechado

O **GPRE** é um fundo da GP Investments dedicado ao investimento em imóveis. A estratégia do fundo é investir principalmente no nível de ativos, diretamente em projetos nos segmentos residencial, comercial e de varejo. Lançado em 2012, atualmente o fundo está implementando seu plano de alienação. Na qualidade de sócio cotista de responsabilidade limitada, a GP detém uma participação de cerca de 41% no fundo.

Atualização 4T19

Os resultados do quarto trimestre relacionados à carteira imobiliária incluem:

- (i) Venda de 58 apartamentos (totalizando 1.646 unidades vendidas do 3T16 ao 4T19)
- (ii) Venda do edifício "BBS" no 4T19, após todas as unidades serem alugadas;
- (iii) Venda de todas as unidades do Metropolitan, Ares da Praça e Paulista 2028, concluindo os projetos;
- (iv) Distribuição de BRL 35,5 milhões ao longo do trimestre.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Investimentos proprietários



A **Spice Private Equity Ltd.** ("Spice PE") é uma companhia de investimentos focada em investimentos globais em patrimônio privado com ações negociadas na SIX Swiss Exchange (Bolsa de Valores da Suíça) sob o código **SPCE**. A GP Investments tornou-se acionista controladora da Spice PE em 2016, como parte da estratégia da GP de buscar uma carteira de companhias com ambições de liderança global, fazendo uso de capital proprietário. Como um veículo de investimento negociado na bolsa, a Spice PE fornece à GP diversas oportunidades de capital permanente por meio do qual a GP pode investir em companhias em todo o mundo. Leon, Rimini Street, FoodFirst e The Craftory são exemplos de investimentos diretos feitos pela GP via Spice PE.

Atualização 4T19

Spice PE reportou um NAV de USD 183,4 milhões ao final de 2019. A variação negativa pode ser explicada pela distribuição de USD 5,1 mm em dividendos e a remarcação dos valores justos de mercado das empresas privadas, onde a variação negativa de FoodFirst foi maior que a remarcação positiva no valor justo de mercado de LEON. Em outubro, Spice e Active Partners realizaram um aporte conjunto na empresa LEON, de GBP 10 milhões (GBP 5,7 mm realizado pela Spice), para financiar um plano de transformação digital da companhia e seu plano de crescimento mais agressivo no Reino Unido e nos Estados Unidos.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FoodFirst
Global Restaurants

Data do investimento
Maio 2018

Veículo de investimento
Spice Private Equity

Indústria
Restaurantes

Liquidez do ativo
Companhia de capital fechado

A **FoodFirst Global Restaurants** (anteriormente denominada “Bravo Brio Restaurant Group”) é a proprietária e operadora líder de duas marcas distintas de restaurantes italianos no segmento de refeições sofisticadas e acessíveis: Bravo Fresh Italian e Brio Italian Mediterranean. A FoodFirst busca ser a melhor companhia de restaurantes italianos da América e concentra-se em fornecer aos seus clientes uma excelente experiência gastronômica com um desempenho consistente.

Atualização 4T19

Múltiplas iniciativas implementadas pela gestão no segundo semestre de 2019 causaram impactos positivos, como a melhora na avaliação de satisfação dos clientes, melhorias nas métricas de segurança e higiene e recuperação dos números de SSS (Same Store Sales). Todavia, um maior turnover nas lojas e restaurantes com volume reduzidos impactaram negativamente as margens da Companhia. Como tentativa para melhorar sua eficiência operacional, a GP implementou uma mudança na liderança da empresa, com a nomeação de Steve Layt, um grande executivo no ramo de restaurantes, para o cargo de CEO.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Data do investimento
Agosto 2017

Veículo de investimento
Spice Private Equity

Indústria
Restaurantes

Liquidez do ativo
Companhia de capital fechado

Fundada em 2005, a **LEON** é uma rede de *fast food* saudável, sediada no Reino Unido. Os fundadores se propuseram a provar que é possível servir comida *fast food* que seja saborosa e saudável - Fast Food Natural. O menu é inspirado nos sabores, na variedade e no equilíbrio natural da culinária mediterrânea e oferecido a preços razoáveis.

Atualização 4T19

A LEON teve contínuo aumento em suas vendas líquidas durante 2019. No Reino Unido, quatro novas unidades foram abertas em 2019. Em outubro, LEON lançou uma parceria com Sainsbury's, levando 14 produtos para mais de 800 lojas ao redor do país. A companhia espera adicionar 50 novos produtos em seu menu em 2020. Nos Estados Unidos, uma quarta unidade deverá ser aberta no primeiro semestre de 2020. Também, no início de 2020, a LEON anunciou uma parceria com Prime Foods S.A., a terceira maior operadora de franquia de alimentos em Portugal.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Rimini Street
Engineered for Support

Data do investimento
Outubro 2017

Veículo de investimento
GP, Spice PE e GPIAC

Indústria
Suporte a Programas Corpora

Liquidez do ativo
Companhia de capital aberto

A **Rimini Street, Inc.** (Nasdaq: **RMNI**) é líder global no fornecimento de serviços de suporte de software empresarial de terceiros para produtos Oracle e SAP e parceira de Salesforce. A companhia oferece administração e suporte premium, ultra responsivo e integrado que permite aos licenciados reduzirem significativamente seus custos, liberando recursos para impulsionar a inovação e melhorar os resultados de seus negócios. Mais de 2 mil organizações na Fortune 500, midmarket, poder público e outras organizações de diversos setores confiam na Rimini Street como sua provedora de produtos e serviços de software empresarial.

Atualização 4T19

A Rimini Street obteve crescimento de suas receitas e lucros brutos de 2019 em relação a 2018. A base de clientes da empresa continua crescendo a dois dígitos, aumentando em 17% nos últimos 12 meses, tendo alcançando 2.063 clientes ativos ao final do 2019. Em 4Q19, a Companhia anunciou a disponibilidade global de seus Serviços de Gerenciamento de Aplicativos (AMS) para SAP e Banco de Dados e Aplicativos da Oracle. A Rimini obteve expansão operacional em vários continentes em 2019, e continua investindo em seu crescimento internacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Data do investimento
Maio 2018

Veículo de investimento
Spice Private Equity

Indústria
Plataforma de investimento

Liquidez do ativo
Companhia de capital fechado

A **The Craftory** é uma holding de investimentos com cerca de USD 375 milhões em capital permanente a ser utilizado em até 10 das marcas mais ousadas do mundo no espaço dinâmico dos bens de consumo. A companhia se concentra na Europa e nos EUA, buscando marcas de consumo de alto crescimento com receita anual de no mínimo USD 10 milhões. O objetivo é impulsionar as vendas com operações expansíveis, narrativa eficaz e marketing digital. A The Craftory é dirigida por empreendedores e especialistas e marcas que buscam alcançar seus objetivos empregando modelos de negócio verdadeiramente disruptivos, por meio dos quais eles podem alavancar sua experiência e expertise, ajudando a impulsionar o crescimento.

Atualização 4T19

Durante o ano de 2019, a The Craftory anunciou três novos investimentos: Em março, USD 30 mm investidos na NotCo; em maio, USD 17,5 mm na TomboyX; e em julho, USD 15 mm na RubyLove.

Em agosto, a The Craftory trouxe fundos adicionais através de um novo investidor, o que aumentou seu capital permanente em USD 100 milhões.

Recentemente, em fevereiro de 2020, a empresa anunciou um investimento de USD 16 mm na Dropps, uma companhia líder em detergentes ecológicos, com embalagens substitutas do plástico. A empresa trabalha diretamente com os consumidores, oferecendo vendas online de detergentes e outros produtos de limpeza.



Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Operações

GP Investments, Ltd. ("Companhia" ou "GP") é uma companhia domiciliada nas Ilhas das Bermudas ("Bermudas") e suas operações abrangem o negócio de *private equity* e o ramo imobiliário, o que inclui a administração de *Limited Partnerships* realizada por meio de suas controladas GP North America, GP UK Corporate, GP Cash Management, GPAM e GPIC.

As ações da Companhia são listadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo e negociadas no mercado Euro MTF e no Brasil, onde as ações são também listadas e negociadas na forma de *Brazilian Depositary Receipts* (BDR) na bolsa de valores brasileira (B3).

Em 18 de janeiro de 2010, a Companhia apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o pedido de registro de um programa restrito patrocinado de *Global Depositary Receipt* com base no *Regulation S e Rule 144A* (GDRs), conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no dia 14 de janeiro de 2010. Em 29 de janeiro de 2010, a CVM aprovou o pedido. Nesse contexto, o Deutsche Bank Trust Company Americas atua como a instituição depositária do Programa de GDR e responsável pela emissão dos respectivos certificados. Os BDRs são negociados na B3 e representam lastro dos GDR à razão de 1 (um) GDR para cada 2 (dois) BDRs. O Itaú Unibanco S.A. atua como a instituição custodiante dos BDRs da Companhia no Brasil. O estabelecimento do programa GDR não envolve a emissão de novas BDRs ou ações, nem oferta pública de BDRs ou ações já existentes.

A Companhia conduz seu negócio de *private equity*, principalmente no mercado brasileiro, por meio da GPIC, seja diretamente ou por meio dos fundos de *private equity* e *real estate* administrados pela Companhia.

A estratégia da GP é adquirir o controle do capital votante ou controle conjunto por meio de acordo com acionistas de empresas selecionadas com potencial de crescimento e que possam atingir posições de liderança em seus respectivos setores de atuação.

As subsidiárias da GP, GP Investimentos Ltda e GP North America, ainda prestam serviços de consultoria local para a Companhia, GP Capital Partners III, LP ("GPCP III"), GP Capital Partners IV, LP ("GPCP IV"), GP Capital Partners V, LP ("GPCP V") e GP Capital Partners VI, LP ("GPCP VI") com relação a decisões de aquisição, gerenciamento e alienação de investimentos, conforme contratos de consultoria celebrados entre a GP e os *General Partners* dos fundos de *private equity*, GP Investments III, Ltd. ("GP III"), GP Investments IV, Ltd. ("GP IV"), GP Investments V, Ltd. ("GP V") e GP Investments VI, Ltd ("GP VI").

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16 de março de 2020.

(a) Fundos de Private Equity

A GP possui investimentos nos fundos de *private equity* através de sua subsidiária direta, GPIC, sendo eles: GPCP III, GPCP IV, GPCP V e GPCP VI.

Em 19 de junho de 2006, o GPCP III finalizou a captação de recursos em US\$ 250.000, dos quais US\$ 117.150 foram comprometidos pela GP, como um dos *limited partners* do GPCP III, e US\$ 132.850 pelos demais *limited partners* do GPCP III (aproximadamente R\$ 560.100, R\$ 262.463 e R\$ 297.637 respectivamente). Em agosto de 2007, o valor comprometido tinha sido totalmente investido. As atividades do GPCP III estavam previstas para se encerrar em 7 de junho de 2015, porém o Comitê Consultivo do GP III aprovou a extensão por um período adicional de dois anos (7 de junho de 2017). Em 2018, o Comitê Consultivo do GP III aprovou a

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

extensão por um período adicional de 7 meses (julho de 2019). O GPCP III iniciou o processo de liquidação no dia 8 de junho de 2019. O GP III é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPCP III.

Em 6 de julho de 2007, a Companhia anunciou a formação do GPCP IV com US\$ 1.025.000 de capital comprometido, dos quais US\$ 400.000 foram comprometidos pela GP, como um dos *limited partners* do GPCP IV, e US\$ 625.000 pelos demais *limited partners* do GPCP IV (aproximadamente R\$ 1.950.883, R\$ 761.320 e R\$ 1.189.563 respectivamente). Em 22 de outubro de 2008, a Companhia anunciou que o capital comprometido do GPCP IV aumentou para US\$ 1.300.000, dos quais US\$ 400.000 foram comprometidos pela GP e US\$ 900.000 pelos demais *limited partners* do GPCP IV (R\$ 3.074.500, R\$ 946.000 e R\$ 2.128.500 respectivamente). Em agosto de 2010, o capital comprometido foi totalmente comprometido (Nota 16). As atividades do GPCP IV estavam previstas para se encerrar em 1 de julho de 2017, porém o Comitê Consultivo do GP IV aprovou a extensão por um período adicional de dois anos (julho de 2019). O GPCP IV iniciou o processo de liquidação no dia de 1º de julho de 2019. O GP IV é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPCP IV.

O GPCP V concluiu seu último *closing* em abril de 2010, alcançando um total de capital comprometido de US\$ 1.052.425, sendo US\$ 500.010 pela GP como um dos *limited partners* do GPCP V e US\$ 552.415 pelos demais *limited partners*, os quais incluem o total comprometido pelos investidores do primeiro *closing* em 21 de agosto de 2008 (aproximadamente R\$ 1.821.327, R\$ 865.317 e R\$ 956.009 respectivamente). O período de captação de recursos do GPCP V, o qual compreende o período de investimento, se encerrou em 31 de julho de 2013 (Nota 16). O Comitê Consultivo do GP V aprovou a extensão dos termos da parceria por um período adicional de um ano (julho de 2020). O GP V é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPCP V.

O GPCP VI é uma *limited partnership* estabelecida em Delaware através do *Limited Partnership Agreement* datado de 6 de abril de 2017. O GP Real Properties II B, Ltd. é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPCP VI.

(b) Fundos de Real Estate

A GP possui investimentos nos fundos de *real estate* através de sua subsidiária direta, GPIC, sendo eles: GP Real Estate A, LP ("GPRE A"), GP Real Estate B, LP ("GPRE B") e GP Real Estate C, LP ("GPRE C").

O GPRE A é uma *limited partnership* estabelecida nas Ilhas Cayman através do *Limited Partnership Agreement* datado de 22 de dezembro de 2010. O GP Real Estate I, Ltd. é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPRE A.

O GPRE B é uma *limited partnership* estabelecida nas Ilhas Cayman através do *Limited Partnership Agreement* datado de 19 de abril de 2011. O GP Real Estate I, Ltd. é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPRE B.

O GPRE C é uma *limited partnership* estabelecida nas Ilhas Cayman através do *Limited Partnership Agreement* datado de 19 de abril de 2011. O GP Real Estate I, Ltd. é o *General Partner* responsável pelas decisões de investimento e desinvestimento do GPRE C.

A Companhia concentra seu negócio imobiliário ("*real estate*") principalmente no mercado brasileiro por meio da GPRE, seja diretamente ou por meio dos fundos imobiliários administrados pela Companhia. Em 2012, a GP começou o GPRE, um fundo dedicado ao negócio imobiliário, com a estratégia de investir diretamente em projetos nos segmentos residenciais, comerciais e de varejo. O GPRE obteve compromissos totais de US\$ 250.000

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(R\$ 511.000) e já executou vinte investimentos em diferentes cidades e segmentos. A nota 17 traz a apresentação de informações por segmentos.

(c) Investimentos diretos

Diretamente, a Companhia possui investimentos na Spice Private Equity, Ltd ("Spice"), BRZ Investimentos S.A. ("BRZ Investimentos") e Rimini Street, Inc. ("Rimini Street" ou "Rimini"). A GP vendeu 100% de sua participação na Wiz Soluções durante o ano de 2017.

Atualmente, os produtos oferecidos pela BRZ incluem fundos de renda fixa, fundos de ações e fundos de hedge, todos com foco em diferentes perfis de risco e bases de investidores. A Spice é uma subsidiária da GP regulada pelas leis da Suíça, cujo foco é investimento em mercados emergentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha 100% da GPAM, GPIC, GP Cash, GP North America e GP UK. Em 31 de dezembro de 2019, a GP detinha 89,9% da BRZ Investimentos., 58,5% da Spice e 3% da Rimini Street (31 de dezembro de 2018 – 89,9, 58,5% e 3%, respectivamente).

Spice Private Equity, Ltd.

Em 21 de maio de 2013, a Companhia anunciou o investimento de cerca de US\$ 33 milhões (aproximadamente R\$ 67 milhões) para adquirir cerca de 26,7% da APEN, Ltd., ("Apen") uma empresa suíça de capital aberto de *private equity*, em linha com o objetivo da Companhia de analisar oportunidades de investimento no mercado internacional, o que pode incluir também o Brasil. Em dezembro de 2013, a Companhia investiu aproximadamente US\$ 6 milhões (aproximadamente R\$ 14 milhões) para comprar uma participação adicional de 5%, aumentando assim sua participação total para 31,7% na APEN. Com isso, a Companhia formou por meio de investimentos diretos ou indiretos as seguintes subsidiárias totalmente controladas GP Lux, GP Swiss, GP Advisors Bermuda e GP Advisors. Em 26 de fevereiro de 2015, Apen anunciou a mudança de nome para Spice Private Equity, Ltd.

Em 05 de maio de 2016, a Companhia anunciou ao mercado que assinou um acordo definitivo com Fortress e Newbury para adquirir suas participações na Spice. Em 28 de junho de 2016, as demais condições precedentes da operação foram cumpridas na Assembleia Geral Extraordinária da Spice, onde a alteração do objetivo de investimento da Companhia e a nomeação de novos membros para o Conselho de Administração, conforme proposto pela GP Swiss, foram aprovados. Como resultado, a GP Swiss tornou-se acionista controlador da Spice, detendo 58,48% de seu total e ações com direito a voto. A aquisição foi totalmente financiada através de capital próprio da GP por um preço total de US\$ 50,5 milhões (R\$ 168 milhões), representando US\$ 35,25 por ação. A aquisição da Spice resultou em um ganho de US\$ 41 milhões (aproximadamente R\$ 136 milhões) sendo o excesso o valor do patrimônio líquido da Spice de US\$ 130 milhões (aproximadamente R\$ 432 milhões) sobre o total desembolsado pela GP Investments de US\$ 89 milhões (aproximadamente R\$ 296 milhões) para todas as ações da Spice.

Rimini Street, Inc.

Em 11 de outubro de 2017, a GP Investments Acquisition Corp. ("GPIAC"), em conexão com o assunto informado no Fato Relevante divulgado em 16 de maio de 2017, anunciou a conclusão do acordo definitivo para fusão com a Rimini Street, Inc. A companhia combinada manteve o nome de Rimini Street, Inc. e suas ações são listadas na NASDAQ como "RMNI".

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão elencadas abaixo. Essas políticas vêm sendo consistentemente aplicadas a todas as demonstrações financeiras apresentadas até o momento, a não ser se indicado de outra forma.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com normas internacionais de relatórios financeiros (“*International Financial Reporting Standards*” ou IFRS), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (IASB). É importante ressaltar que as demonstrações financeiras consolidadas oficiais da Companhia são elaboradas conforme os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP) e na língua inglesa. As demonstrações financeiras em IFRS estão apresentadas em português e foram elaboradas exclusivamente para atendimento de normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e para fins das necessidades internas da administração.

As demonstrações aqui apresentadas em IFRS podem ser diferentes daquelas preparadas em U.S.GAAP, devido à variação cambial. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e ativos e passivos financeiros, inclusive investimentos de *private equity*, *real estate* e instrumentos derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão descritas na Nota 4.

(a) Normas e alterações às normas em vigor com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019

IFRS 16 – Arrendamentos

De acordo com o IFRS 16, a nova definição de arrendamento reflete um conceito de “controle” em vez do conceito atual de “riscos e benefícios”. O IFRS 16 também estabelece que os arrendamentos sejam inseridos no balanço patrimonial. Os seguintes passos devem ser utilizados para identificação e reconhecimento de um arrendamento:

- Identificar um ativo
- Segregar os componentes de arrendamento e de não arrendamento
- Identificar o prazo do arrendamento
- Identificar a taxa de desconto

A Companhia avaliou e não identificou impactos relevantes com a aplicação da norma.

2.2 Entidade de investimento e consolidação

(a) Entidade de investimento

O *Partnership* tem múltiplos investidores independentes e detém vários investimentos. O *General Partner* determinou que o *Partnership* atende à definição de entidade de investimento de acordo com o IFRS 10, conforme as seguintes condições:

- O *Partnership* obteve fundos com o objetivo de oferecer aos investidores serviços de gestão de investimentos profissionais;

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O objetivo comercial do *Partnership*, que foi comunicado diretamente aos investidores, é valorizar o capital e renda de investimento; e
- Os investimentos são mensurados e avaliados pelo valor justo.

(b) Subsidiárias e consolidação

O *Partnership* não possui outras subsidiárias que não aquelas determinadas como investimentos controlados. Os investimentos controlados são mensurados a valor justo por meio do resultado e não são consolidados, conforme previsto pelo IFRS 10, uma vez que o *Partnership* é considerado uma entidade de investimento. O valor justo dos investimentos controlados é determinado de forma consistente com todos os outros investimentos avaliados pelo valor justo por meio do resultado, e como descrito na nota de estimativa do valor justo.

Um investimento controlado envolve uma empresa *holding* cujo *Partnership* detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes. Essa empresa *holding* é uma subsidiária incorporada com o objetivo de manter investimento subjacente em nome do *Partnership*. A empresa *holding* não possui operações a não ser o fornecimento de um veículo para aquisição, detenção e venda de companhias de portfólio. A empresa *holding* também é refletida pelo seu valor justo, sendo o principal indicativo de valor justo o investimento da companhia de portfólio que a *holding* detém em nome do *Partnership*. A empresa *holding* não é consolidada, pois a mesma não é considerada uma provedora de serviços ao investimento, conforme definido pelo IFRS 10.

Quando o *Partnership* tem o controle sobre uma companhia de portfólio, direta ou indiretamente, e se o controle é por meio de direitos de voto ou por meio da capacidade de direcionar as atividades relevantes em troca do acesso a uma parcela significativa dos ganhos e perdas variáveis derivados dessas atividades relevantes, o *Partnership* não consolida a companhia de portfólio, apenas reflete seu investimento ao valor justo através do resultado.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Companhia e de suas subsidiárias integrais GPIC, GP Cash, GP North America, GP UK e GPAM. As demonstrações financeiras consolidadas também incluem as entidades BRZ Investimentos e Spice.

O *Partnership* opera como uma estrutura de investimento e investe e compromete-se a investir em várias empresas de portfólio.

Todos os saldos e transações entre a controladora e suas controladas, e vice-versa, são eliminados na consolidação.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

O dólar americano é a moeda funcional da Companhia, uma vez que a Companhia opera a maioria de seus negócios em dólares americanos. Para fins das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, estas são convertidas e apresentadas em Reais.

(b) Transações e saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo, no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes acumulados de conversão (CTA)".

2.4 Ativos financeiros

(a) (Classificação, reconhecimento e mensuração)

A GP classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- . Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- . Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A GP classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- . Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a GP se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a GP tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a GP mensura um ativo financeiro ao valor justo. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

A GP manteve a classificação dos passivos financeiros inalterada, os quais permanecem mensurados ao custo amortizado.

(b) Determinação do valor justo

Os IFRS's definem o valor justo de mercado e estabelecem uma estrutura para mensurar o valor justo de mercado e divulgar as bases de medição do valor justo. Entre outras determinações, é requerida a utilização de técnicas de avaliação do valor justo que maximizem o uso de critérios observáveis e que reduzam a adoção de critérios não observáveis.

O valor justo para entidades não listadas é determinado pela administração utilizando técnicas de avaliação. Essa técnica de avaliação inclui fluxos de caixa descontados (com base nos fluxos de caixa futuros esperados ajustados a uma taxa de desconto apropriada). A Companhia ajusta o modelo de avaliação conforme for necessário e as técnicas de avaliação também consideram o preço da transação original e levam em conta os desenvolvimentos relevantes desde a aquisição dos investimentos e outros fatores pertinentes à avaliação dos investimentos, com referência a tais direitos em relação à realização, às transações recentes de terceiros de tipos comparáveis de instrumentos e a ofertas indicativas confiáveis de potenciais compradores. Para determinar o valor justo, a Companhia pode confiar nos dados financeiros das empresas de portfólio e nas

estimativas da administração das empresas de portfólio quanto ao efeito de desenvolvimentos

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

futuros. Embora a administração use seu melhor julgamento e faça uma referência cruzada de resultados de modelos de avaliação primária contra modelos secundários na estimativa do valor justo dos investimentos, existem limitações inerentes em quaisquer técnicas de estimativa.

Embora as estimativas de valor justo apresentadas evidenciem o valor que a Companhia poderia realizar em uma transação corrente, a realização final pode ser diferente, pois eventos futuros também afetarão as estimativas atuais de valor justo. O efeito desses eventos nas estimativas de valor justo, incluindo a liquidação final dos investimentos, pode ser relevante para as demonstrações financeiras.

2.5 **Impairment de ativos financeiros**

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A GP avalia, em base prospectiva, as perdas de crédito associadas aos ativos mensurados ao custo amortizado ao final de cada período do relatório dependendo de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. A GP Investments no processo de avaliação do aumento significativo do risco de crédito os seguintes indicativos abaixo entre outros:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- A GP, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração consolidada do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge**

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa e hedge de investimentos líquidos, em cujos casos os ganhos ou perdas do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do hedge é reconhecido no patrimônio líquido.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

2.7 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.8 **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.9 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.10 **Empréstimos e financiamentos – custo amortizado**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas na data de obtenção do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

Instrumentos financeiros, inclusive bônus perpétuos que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificados como passivo.

Os empréstimos e financiamentos (Contas a receber de empregados e acionistas – Nota 16 (c)) são classificados como passivo circulante, a menos que a GP, isoladamente, tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- (a) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando obtido o trânsito em julgado favorável, sobre o qual não cabe mais recursos, caracterizando o ganho como certo.
- (b) Contingências tributárias e previdenciárias - são constituídas levando-se em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- (c) Contingências trabalhistas - são reconhecidas sempre que a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. O reconhecimento destas provisões considera as ações em aberto e a média histórica de perdas. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e gera lucro tributável.

Bermudas, país sede da GP, não cobra impostos sobre renda, ganhos societários ou de capital. Assim, não foi constituída nenhuma provisão para impostos sobre a renda nas demonstrações financeiras primárias em relação à Companhia, GPIC e GP Cash.

GP III, GP IV, GP V, GP VI e GP Holdings são sociedades constituídas nas Ilhas Cayman e Delaware, estando isentas de impostos. A subsidiária indireta, BRZ Investimentos S.A., sociedade sediada no Panamá, não registra quaisquer rendimentos de fontes panamenhas e, portanto, também não se faz necessária a constituição de provisão para impostos sobre a renda.

O imposto sobre renda no Brasil compreende o imposto de renda da pessoa jurídica (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%), conforme legislação vigente. Para contribuintes

sujeitos ao regime de apuração do lucro real a alíquota combinada é 34%. Como permitido pela legislação tributária, certos contribuintes, com faturamento anual menor que um determinado valor, optam pelo regime de apuração do lucro presumido. Para estes contribuintes, o imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre um montante que corresponde a 32% das receitas brutas adicionadas as receitas financeiras. Sobre este montante são aplicadas as alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido é registrado de acordo com a perspectiva de realização no nível individual de cada empresa que compõem o consolidado, observando os seguintes critérios:

- (i) O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.
- (ii) O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
- (iii) Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelas companhias, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

2.13 Benefícios a empregados

(a) Bônus

Conforme aprovado pelo Comitê de Nomeação e Remuneração da Empresa, os funcionários, associados e executivos da Empresa podem estar qualificados para receber um Bônus com base no desempenho de cada indivíduo, conforme determinado anualmente pela alta administração da Companhia. O Bônus é composto por diferentes grupos, que incluem principalmente: (i) 50% da taxa de performance recebida pelos Fundos GPCP IV, GPCP V, GPCP VI, GPRE e quaisquer novos Fundos, (ii) 10% do ganho de capital de Investimentos Diretos, (iii) 20% do ganho de capital entre os valores justos em 31 de dezembro de 2017 e o caixa líquido da venda dos investimentos do GPCP IV e GPCP V. Na data de cada balanço, a Companhia, quando aplicável, registra o saldo no Passivo Circulante como "Provisão para salários, bonificações e encargos sociais.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia adota o IFRS 2, o qual requer que todos os pagamentos baseados em ações para os funcionários, incluindo a concessão de plano de opções de compra de ações, sejam reconhecidos nas informações financeiras primárias com base no seu valor justo.

A Companhia outorga benefícios a seus empregados a serem liquidados em ações. Nesses planos de opções de instrumento de patrimônio, o custo do benefício do prêmio pago ao empregado é baseado no valor justo da opção e reconhecido durante o período do serviço prestado com o correspondente crédito no patrimônio líquido. O período do serviço prestado é o período durante o qual o empregado presta o serviço em troca do prêmio, considerado como período de aquisição.

Os valores recebidos no exercício da opção, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável.

2.14 Capital social

As ações ordinárias da Companhia são divididas em Classe A e Classe B.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Os acionistas detentores das ações de Classe A possuem participação limitada e direitos de voto que estão definidos no Estatuto Social. Acionistas detentores das ações de Classe B terão direito a voto em todos os assuntos encaminhados nas reuniões de acionistas. Acionistas de Classe A e acionistas de Classe B podem receber dividendos quando aprovado pelo Conselho de Administração.

2.15 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

(a) Reconhecimento da receita com as taxas de administração e de performance

(i) Taxa de administração

De forma geral, as taxas de administração são recebidas antecipadamente, semestralmente ou trimestralmente, sendo diferidas e apropriadas ao resultado no período em que os respectivos serviços são prestados. As taxas de administração são determinadas pelos valores dos patrimônios líquidos dos fundos administrados. Tais receitas são registradas pelo regime de competência à medida que os serviços são prestados. As taxas de administração são pagas pelos fundos para os *General Partners*.

(ii) Taxa de performance

As taxas de performance são avaliadas e reconhecidas, incluindo-se o preço da transação é contabilizado em parte ou no valor total da contraprestação variável estimada de acordo com o IFRS 15 – Receita de contratos com clientes, somente na medida em que é provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorra quando a incerteza associada à contraprestação variável for subsequentemente resolvida.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

(c) Receita de dividendos

Para investimentos classificados como de valor justo por meio do resultado e disponíveis para venda, a receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

3 Riscos e gestão de riscos

Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são: risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez e risco de moeda. A administração desses riscos é um processo que envolve diferentes níveis da Companhia e abrange várias políticas e estratégias. Além do investimento da Companhia em ações e sua participação no GPCP III, GPCP IV, GPCP V e GPCP VI, em 31 de dezembro de 2019, não havia concentração significativa de risco de crédito, de mercado, de liquidez e de moeda com relação a bancos e fundos de investimentos financeiros.

3.1 Risco financeiro

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.1.1 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento, de contrapartes ou credores, dos valores que eles se comprometeram a pagar à Companhia. A Companhia atenua os riscos de crédito relacionados a bancos e fundos de investimentos financeiros mediante o investimento em títulos de curto prazo de instituições financeiras de ótima qualidade e fundos geridos por gestores de investimento.

3.1.2 Risco de mercado

O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de perda devido a flutuações nas taxas relacionadas a prazos, moedas e índices sem proteção na carteira da Companhia. A Companhia adquire participações em companhias de capital fechado, cuja venda pode demandar certo tempo e os valores realizados podem ser inferiores ao valor da avaliação. A Companhia possui apenas um portfólio diversificado de investimentos e, dessa forma, sua receita pode ser afetada por um desempenho desfavorável.

3.1.3 Risco de liquidez

A administração do risco de liquidez é desenvolvida para controlar o risco relacionado a períodos de liquidação desencontrados dos direitos e obrigações da Companhia. O conhecimento e o monitoramento desse risco são cruciais para permitir que a Companhia liquide transações de maneira oportuna e segura. A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente relacionados ao estabelecimento de limites técnicos, e as posições assumidas são constantemente avaliadas.

3.1.4 Risco de moeda

Como uma parcela do valor implícito de mercado dos investimentos de *private equity* está denominada em reais, a Companhia está exposta a riscos cambiais.

3.2 Gestão de capital

A política de gestão de capital da GP considera o cumprimento dos compromissos atuais e futuros relacionados às atividades da Companhia, à manutenção de níveis de capital condizentes com o perfil da dívida e ao cumprimento do plano de recompra de ações de sua própria emissão, na forma aprovada pelo conselho de administração. Em linha com estes objetivos, os recursos de caixa e equivalentes de caixa de curto prazo são utilizados com a finalidade de obter a melhor taxa de retorno possível, investindo predominantemente em investimentos conservadores, sem colocar em risco a liquidez necessária para cumprir os compromissos atuais e futuros inerentes às atividades da GP.

Os índices de alavancagem financeira da GP (individual), com base nas demonstrações financeiras em US GAAP (que é o princípio contábil da GP) podem ser assim sumariados:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Passivos de curto prazo		
Juros provisionados	5.627	10.160
Passivos de longo prazo		
Bônus perpétuos	281.911	506.134
Total dívida controladora	287.538	516.294
(-) Caixa e equivalente de caixa	(914)	5.243
Dívida líquida	286.624	521.537
Total do patrimônio líquido (GP Investments)	2.726.515	1.128.466
Capital total	3.013.139	1.650.003
Percentual	9,51	31,61

O índice de alavancagem financeira (dívida líquida dividida pelo capital total) variou de 31,61% em 31 de dezembro de 2018 para 9,51% em 31 de dezembro de 2019. Em maio de 2008, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as Diretrizes e Políticas Gerais da Companhia (*General Guidelines and Policies*) definindo que a GP deverá sempre buscar manter seu nível máximo de alavancagem financeira em 50%. A variação entre os períodos apresentados é considerada saudável e normal pela administração dado que o índice de alavancagem financeira está em cumprimento com a política definida pelo Conselho de Administração.

O capital da GP, assim como os riscos de mercado, é gerenciado de forma independente das empresas investidas pelos fundos de *private equity* geridos pela GP. O capital não é administrado ao nível consolidado, que inclui operações de captação e empréstimos as empresas de portfólio. Além disso, a GP não é garantidora de nenhuma dívida ou empréstimo das empresas investidas pelos fundos de *private equity*.

3.3 Estimativa do valor justo

A GP aplica o IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da hierarquia de mensuração do valor justo.

O negócio de *equity portfolio* consiste dos investimentos feitos por GPCP III, GPCP IV, GPCP V e GPCP VI, bem como investimentos diretos. Os investimentos são registrados pelos valores

justos de mercado, com resultados realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de mercado, incluídos, na demonstração do resultado do exercício.

A hierarquia do valor justo tem os seguintes níveis:

- (i) O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Esses instrumentos estão incluídos no Nível I.
- (ii) O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e baseiam-se o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível II.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível III.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019, classificados conforme os níveis de mensuração do valor justo:

	31 de dezembro de 2019			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	1.397.198		663.605	2.060.803
Investimentos em "real estate"			82.351	82.351
Outros investimentos			136.646	136.646
Total de participações societárias	1.397.198		882.602	2.279.800
Investimentos em fundos - ativos financeiros a valor justo por meio do resultado			34.358	34.358
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	407.024			407.024
Total do ativo ao valor justo	1.804.222		916.960	2.721.182

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018, classificados conforme os níveis de mensuração do valor justo:

	31 de dezembro de 2018			
	Nível I	Nível II	Nível III	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	664.520		1.184.441	1.848.961
Investimentos em "real estate"			174.498	174.498
Outros investimentos			58.777	58.777
Total de participações societárias	664.520		1.417.716	2.082.236
Investimentos em fundos - ativos financeiros a valor justo por meio do resultado			35.795	35.795
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	250.483			250.483
Total do ativo ao valor justo	915.003		1.453.511	2.368.514

Investimentos cujos valores são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos e, portanto, classificados no Nível 1, incluem ações listadas. A Companhia não ajusta o preço cotado para estes instrumentos.

Os investimentos classificados como Nível 3 fazem uso de insumos não observáveis significativos na determinação do valor justo, uma vez que são negociados com pouca frequência. Como os preços observáveis não estão disponíveis para esses títulos, a Companhia usou técnicas de avaliação para obter o valor justo.

Os investimentos classificados como Nível 3 consistem em posições de *private equity*. Os principais insumos nos modelos de avaliação da Companhia para esses investimentos de capital privado incluem taxas de desconto, ajustes de prêmios de risco de mercado para a taxa de desconto, custo de capital, probabilidades de inadimplência e previsões de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia considera igualmente o preço de transação original, as transações recentes em instrumentos idênticos ou semelhantes e as transações de terceiros concluídas em instrumentos comparáveis e ajusta o modelo conforme necessário.

As avaliações são preparadas pela equipe de investimentos da Companhia e são revistas numa base anual pela Administração ou se ocorrer antes evento significativo que pudesse alterar o valor justo do investimento. Esta revisão considera a adequação do próprio modelo de avaliação, os inputs significativos, bem como o resultado da avaliação, utilizando vários métodos e técnicas de avaliação geralmente reconhecidos como padrão dentro da indústria. A técnica de avaliação é selecionada e calibrada na aquisição das empresas de portfólio.

Na determinação da adequação contínua da técnica de avaliação escolhida, pode ser efetuado um teste retrospectivo para considerar os resultados reais dos vários modelos e como eles historicamente se alinharam às transações reais de mercado.

Ao determinar a avaliação para os investimentos da Companhia, a administração utiliza o valor presente líquido dos fluxos de caixa futuros estimados com base em um modelo de fluxo de caixa descontado, múltiplos de EBITDA, entre outras, para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros. Para as taxas de desconto utilizadas, primeiro é avaliado o prêmio de risco para a taxa livre de risco apropriada do ambiente econômico em que as empresas do portfólio operam. A taxa de desconto é ajustada para questões como diferenças de liquidez, crédito e fatores de risco de mercado. Os fluxos de caixa futuros estimados são, então, descontados, utilizando a taxa de desconto determinada. Os fluxos de caixa utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado são baseados em fluxos de caixa ou resultados projetados das empresas do portfólio.

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível III para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.386.720
Perda não realizada, líquida	(40.715)
Reversão no valor justo não realizado dos investimentos	331.328
Transferências para SPVs para pagamentos de despesas	1.563
Retorno de capital - Portfolio Spice	(16.251)
Alteração de investimentos: outros investimentos	22.555
Perda não realizada em ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(6.332)
BHG - Desinvestimento total - custo	(493.528)
Portfolio de Spice - investimento em FoodFirst Global Restaurants, Inc.	344.335
Portfolio de Spice - investimento em The Crafotry, Ltd	7.810
Variação cambial	(83.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.453.511
Desvalorização no valor justo dos investimentos	(258.624)
Reversão no valor justo não realizado dos investimentos	53.659
Listagem de Centauro - Transferência de Nível III para Nível I	(374.887)
Transferências para SPVs para pagamentos de despesas	(3.684)
Retorno de capital - Portfolio Spice	(29.317)
Portfolio de Spice - investimento em The Crafotry, Ltd	48.375
Portfolio de Spice - investimento em FoodFirst Global Restaurants, Inc.	75.937
Alteração de investimentos: outros investimentos	5.877
Perda não realizado em ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(1.437)
Variação cambial	(52.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	916.960

Em 31 de dezembro de 2019, os investimentos San Antonio, LBR, Allis, Real Estate, EBAM, Beleza Natural e Spice foram classificados como Nível III. Nos casos dessas companhias não cotadas em mercados abertos, os valores justos de mercado foram baseados em variáveis não observáveis, tendo como referência, entre outras técnicas de avaliação, o método de fluxo de caixa descontado, a abordagem de lucros gerados (por exemplo, múltiplos de EBTIDA) ou o preço mais recente das aquisições acordadas com partes não relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia classificou os seguintes investimentos como Nível I:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

RHI Magnesita, Centauro, Rimini Street Inc e BR Properties. Para estes investimentos, os valores justos de mercado foram baseados nos preços cotados na B3 (BR Properties e Centauro), London Stock Exchange (RHI Magnesita) and NASDAQ (Rimini Street Inc).

4 Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia faz estimativas e premissas que afetam os valores relatados de ativos e passivos no futuro. As estimativas e os julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo as expectativas de eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o exercício social, estão contempladas abaixo.

4.1 Valor justo de investimentos não cotados em mercado ativo

O valor justo dos investimentos que não são cotados em um mercado ativo (Nota 7 (b) – Nível III) é determinado utilizando técnicas de avaliação, principalmente múltiplos, fluxo de caixa descontado e transações comparáveis recentes. Os modelos utilizados para determinar os valores justos são validados e periodicamente revistos pela administração da Companhia.

Em modelos de fluxo de caixa descontado, os dados não observáveis são projetados como fluxos de caixas das empresas de portfólio assim como o prêmio de risco para liquidez e risco de crédito, que são incorporados à taxa de desconto. No entanto, as taxas de descontos utilizadas para a valorização dos investimentos são determinadas com base em retornos históricos de capital por outras entidades que operam no mesmo setor, para que os retornos de mercado sejam observáveis.

A Companhia utiliza modelos para ajustar os retornos observados de capital para refletir a estrutura de dívida/ patrimônio líquido real do investimento valorizado.

4.2 Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros (Nota 7 (c) – Nível III) que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A GP usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A GP utilizou metodologias como fluxo de caixa descontado, múltiplos de EBITDA, entre outras, para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e investimentos em *private equity*, ativos estes não negociados em mercados ativos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ativos ao custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	267.993		267.993
Empréstimos a receber de partes relacionadas	95.621		95.621
Taxa de administração	112.529		112.529
Outras contas a receber	87.889		87.889
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		441.382	441.382
Fundos em garantia - contas Escrow (i)		37.743	37.743
Equity portfolio		2.279.800	2.279.800
	<u>564.032</u>	<u>2.758.925</u>	<u>3.322.957</u>
			Passivos ao custo amortizado
31 de dezembro de 2019			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Títulos perpétuos			281.911
Contas a pagar			18.924
Outros passivos			<u>9.722</u>
			<u>310.557</u>
	Ativos ao custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2018			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	391.731		391.731
Empréstimos a receber de partes relacionadas	88.481		88.481
Outras contas a receber	103.258		103.258
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado		286.278	286.278
Fundos em garantia		82.971	82.971
Equity portfolio		2.082.236	2.082.236
	<u>583.470</u>	<u>2.451.485</u>	<u>3.034.955</u>
			Passivos ao custo amortizado
31 de dezembro de 2018			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Títulos perpétuos			506.134
Contas a pagar			22.501
Outros passivos (circulante)			<u>8.218</u>
			<u>536.853</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Moeda</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Dólar norte-americano (US\$)	255.751	379.068
Real (R\$)	9.968	7.486
Libra esterlina (GBP)	617	3.279
Franco suíço (CHF)	1.653	1.895
Euro (EUR)	4	3
	<u>267.993</u>	<u>391.731</u>

- (i) O caixa denominado em dólares norte-americanos está concentrado em contas bancárias prontamente disponíveis para uso (R\$255.751) (31 de dezembro de 2018 - R\$ 379.068).
- (ii) O caixa denominado em reais está representado por contas bancárias (R\$ 9.968) (31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.486).
- (iii) O caixa denominado em francos suíços está representado por contas bancárias (R\$ 1.653) (31 de dezembro de 2018 - R\$ 1.895).
- (iv) O caixa denominado em libras esterlinas está representado por contas bancárias (R\$ 617) (31 de dezembro de 2018 - R\$ 3.279).
- (v) O caixa denominado em euros está representado por depósitos de curto prazo (R\$ 4) (31 de dezembro de 2018 - R\$ 3).

7 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

(a) Abertura e composição de saldos

<u>Moeda</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Circulante		
Investimentos financeiros		
Corporate bonds (i)	US\$ 118.910	115.496
Fundos de investimentos (ii)	R\$ 2.289	5.649
Fundos de investimentos (iii)	US\$ 63.733	129.338
Reserva de caixa (iv)	US\$ 222.092	0
	<u>407.024</u>	<u>250.483</u>
Não circulante		
Equity portfolio	2.279.800	2.082.236
Investimentos ao valor justo por meio do resultado	<u>34.358</u>	<u>35.795</u>
	<u>2.721.182</u>	<u>2.368.514</u>

- (i) Os títulos privados são aplicações com alta liquidez, registrados com base no valor de mercado e negociados em mercados internacionais.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Os fundos de investimentos denominados em reais referem-se a investimentos mantidos pela BRZ Investimentos.
- (iii) Investimentos em fundos denominados em dólar.

As reservas de caixa referem-se ao montante retido no nível do Fundo GPCP IV para passivos potenciais que possam surgir durante o processo de liquidação do Fundo.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Equity portfolio

Em 31 de dezembro de 2019, o *equity portfolio* da Companhia é composto principalmente por investimentos realizados pelos fundos GPCP III, GPCP IV, GPCP V, GPC P VI, GPRE e pela subsidiária GPIC registrados ao valor justo de mercado:

		31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018			Variação líquida em ganho (perda) não realizado sobre investimentos no exercício findo em 31 de dezembro	
Nota		Total direto e indireto - %	Custo	Avaliação do General Partner	Total direto e indireto - %	Custo	Avaliação do General Partner	2019	2018
Investimentos a valor justo dos fundos consolidados de <i>private equity</i>									
Nível I									
RHI Magnesita	(i)	-	-	-	5,9	618.341	557.502	61.958	86.424
Centauro (*)	(vii)	16,9	568.929	1.247.502	23,2	546.688	374.887	839.292	(71.173)
BR Properties	(ii)	2,2	107.394	130.929	2,2	103.155	74.144	52.586	(42.177)
			676.323	1.378.431		1.268.184	1.006.533	953.836	(26.926)
Nível III									
BHG	(iii)								(94.186)
Lácteos Brasil	(iv)	38,9	1.051.521		38,9	1.009.533		(1.342)	
San Antonio	(v)	58,1	1.428.484		58,1	1.373.233		-	
Allis	(vi)	75,1	227.662		75,1	218.229		(639)	(58)
EBAM	(viii)	76,9	334.310	-	76,9	321.116	64.949	(66.413)	(22.762)
Beleza Natural	(ix)	32,6	123.549	-	32,6	118.553	40.023	(40.980)	(13.845)
			3.165.525	-		3.040.664	104.972	(109.374)	(130.851)

(*) Em abril de 2019, a Centauro lançou seu IPO (*Initial Public Offering*), tornando-se uma empresa listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Após o IPO, a participação da GP na empresa foi diluída para 16,9%. Em junho de 2019, o investimento da GP em Centauro passou a ser mostrado como empresa de nível I.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018			Variação líquida em ganho (perda) não realizado sobre investimentos no exercício findo em 31 de dezembro	
		Total direto e indireto - %	Custo	Avaliação do General Partner	Total direto e indireto - %	Custo	Avaliação do General Partner	2019	2018
Investimento detidos diretamente pela Companhia									
Rimini Street	(x)	1,9	48.368	18.767	1,9	46.498	23.946	(6.014)	(6.923)
GP Investments Acquisition Corp. - Nível III	(x)	1,1	24.539	3.293	1,1	23.590	8.928	(5.868)	(2.556)
Spice - Nível III	(xi)	58,5			58,5				
Direct Co-Investments			759.749	601.655		613.330	591.554	(132.599)	(23.230)
Global EM Funds Portfolio			33.129	54.863		44.653	55.677	10.051	(16.675)
Latin American Portfolio			2.498	2.396		20.765	55.421	(35.393)	8.617
Asia-Pacific Funds Portfolio			12.226	1.398		11.752	1.930	(598)	(9.594)
Liberação de escrow								(53.659)	
Outros investimentos			68.911	136.646		63.034	58.777	70.649	(19.479)
			<u>4.791.270</u>	<u>2.197.449</u>		<u>5.132.470</u>	<u>1.907.738</u>	<u>691.031</u>	<u>(227.617)</u>
Investimentos em <i>Real Estate</i>			<u>242.620</u>	<u>82.351</u>		<u>272.174</u>	<u>174.498</u>	<u>(57.432)</u>	<u>(37.396)</u>
Variação cambial								9.426	(20.439)
			<u>5.033.890</u>	<u>2.279.800</u>		<u>5.404.644</u>	<u>2.082.236</u>	<u>643.025</u>	<u>(285.452)</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) RHI Magnesita é uma fornecedora global integrada de soluções refratárias, oferecendo produtos e serviços às indústrias de cimento, vidro e siderúrgica. Criada através da fusão da RHI e da Magnesita, a nova companhia possui 35 plantas de produção e materiais brutos e mais de 70 escritórios de vendas ao redor do mundo; seu portfólio de produtos abrange mais de 120.000 produtos refratários individuais. A RHI Magnesita também opera dois centros de pesquisa e desenvolvimento em Leoben, Austria e Contagem, Brasil. A nova companhia de refratários une negócios complementares, tanto em termos de produtos quanto geograficamente. A Magnesita tem presença na América do Sul e EUA enquanto a RHI está presente na Europa e na Ásia. Em 27 de Outubro de 2017, a companhia combinada passou a ser negociada na London Stock Exchange (LSE), onde foi admitida para negociação no segmento *premium* do mercado principal. O início da negociação na bolsa marcou a conclusão do processo de fusão entre RHI e Magnesita. Antes da fusão, GPCP III detinha 2.017.573 ações (participação de 4,0%) na Magnesita; GPCP IV detinha 9.166.316 ações (participação de 18,3%). Após a fusão, que foi paga pela RHI para os acionistas controladores de Magnesita como um mix de dinheiro e ações de RHI, GPCP III possui 484.613 ações da companhia combinada (participação de 1,0%), enquanto o GPCP IV possui 2.201.713 ações (participação de 4,6%). Após a oferta de *tag along* para os acionistas minoritários remanescentes de Magnesita, que representam 50% de seu valor de mercado, a participação do GPCP III é esperada para ficar em 0,97%, enquanto a participação do GPCP IV será de 4,42%, já que 5 milhões de ações adicionais serão emitidas. GPCP III recebeu EUR 8 milhões (aproximadamente R\$ 31,5 milhões) referente a sua porção em dinheiro da transação enquanto o GPCP IV recebeu EUR 36,5 milhões (aproximadamente R\$ 138,6 milhões). Atualmente, a participação da GP na RHI Magnesita é de 5,9%. No dia 9 de julho de 2019, a companhia anunciou que os fundos geridos pela GP haviam vendido 50% de suas respectivas participações em RHI Magnesita. A transação foi acordada nos valores de GBP 46,00 por ação, chegando ao montante de aproximadamente R\$ 452 milhões. Após a transação, a participação da GP na companhia aproximava-se à 2,9%. Em novembro de 2019, a Companhia anunciou que os fundos geridos pela GP haviam vendido a outra parcela de 50% detida por eles. A transação foi acordada nos valores de GBP 37,50 por ação, aproximadamente R\$ 363 milhões.
- (ii) Em dezembro de 2015, a GP adquiriu 12,19% da BR Properties em leilão público a um preço de R\$ 8,27 por ação, incorrendo em um investimento total de aproximadamente US\$ 80 milhões. O montante total, que foi inicialmente financiado pelos recursos próprios da GP, era parte do plano da companhia de angariar um fundo de co-investimento mirando uma oferta pública para adquirir ao menos 50% e até 75% da BR Properties (incluindo a participação inicial adquirida). Até 31 de dezembro de 2015, a GP havia encontrado um co-investidor que se comprometeu a pagar de volta para a GP US\$ 60 milhões (aproximadamente R\$ 234 milhões) e assumir as necessidades de investimento, assumindo toda a parte do capital remanescente que seria necessário para completar a oferta de compra. Em janeiro de 2016, o montante referente a parcela comprometida de US\$ 60 milhões foi recebido pela GP e sua participação na BR Properties foi reduzida para 2,2%. Em maio de 2016, GPCP VI, um fundo de investimento gerido pela GP, concluiu uma oferta pública voluntária de aproximadamente US\$ 550 milhões (aproximadamente R\$ 1.977 milhões) aonde adquiriu uma participação adicional de 57,81% da companhia (totalizando uma participação controladora de 70%). Em julho de 2017, a BR Properties concluiu uma oferta pública subsequente de US\$ 290 milhões (aproximadamente R\$ 908 milhões) e o GPCP VI subscreveu sua participação pro-rata dentro da oferta prioritária (76.520.912 ações totalizando US\$ 203 milhões – aproximadamente R\$ 636 milhões). Assim, após a conclusão da transação, GPCP VI possui 285.280.815 ações ordinárias da Companhia, representando 70,07% de seu capital social. Em novembro de 2019, a empresa realizou um *follow-on*, e a participação detida pelo GPCP VI manteve-se em 285.280.815, representando 58,04% do capital da Companhia.
- (iii) Em 19 de dezembro de 2007, o fundo GPCP IV celebrou um acordo com a LA Hotels S.A. ("LA Hotels"), uma companhia brasileira formada com o objetivo de adquirir e administrar hotéis no Brasil e em outros países da América Latina. A operação foi concluída em 2008, por US\$ 36.715 mil (aproximadamente R\$ 66.157 mil). Em junho e agosto de 2008, o fundo GPCP IV aumentou seu investimento na LA Hotels em US\$ 30.684 mil e US\$ 14.944 mil, respectivamente (aproximadamente R\$ 50.150 mil e R\$ 24.424 mil, respectivamente). Em 22 de outubro de 2008, o GPCP IV subscreveu US\$ 10.821 mil (aproximadamente R\$ 25.592 mil) na Invest Tur Brasil - Desenvolvimento Imobiliário Turístico S.A. ("Invest Tur"), uma empresa brasileira de desenvolvimento imobiliário que opera no segmento de turismo. Essa aquisição foi o primeiro passo da incorporação da LA Hotels pela Invest Tur. Em fevereiro de 2009, os acionistas aprovaram a incorporação da LA Hotels pela Invest Tur. Em 23 de janeiro de 2009, o fundo GPCP IV fez um aporte adicional de capital na Invest Tur, no montante de US\$ 34.425 mil (aproximadamente R\$ 79.071 mil). Em 12 de janeiro de 2010, a Invest Tur anunciou um desdobramento das suas ações e a mudança de sua razão social para BHG S.A. - Brazil Hospitality Group ("BHG"). A BHG foi criada com o objetivo de adquirir e administrar hotéis e empresas cujos ativos incluem hotéis no Brasil e em outros países da América Latina. Em 4 de fevereiro de 2011, o Conselho da BHG aprovou um aumento de capital social de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 85.000 mil, por meio da emissão de 4.594.594 novas ações ordinárias ao preço de R\$ 18,50 por ação, que foi calculado com base no preço médio de fechamento das ações da BHG nos últimos dez pregões da B3. Em 2 e 3 de fevereiro de 2011, a Partnership, através da sua subsidiária LA Hotels LLC cedeu a terceiros o direito de subscrever novas ações no aumento de capital. Por conta do aumento de capital e da cessão de direitos, a participação da GP na BHG foi diluída de 45,5% para 40,4%. Em março de 2012, a BHG concluiu uma aquisição na qual novas ações foram emitidas para garantir parte do pagamento; como resultado, a participação da GP na BHG diminuiu de 40,4% para 39,0%. Em 7 de março de 2013, a BHG anunciou uma oferta primária de ações ordinárias. A oferta teve como objetivo captar fundos para dar continuidade ao crescimento da empresa e também aumentará a liquidez de suas ações no mercado acionário da B3. Em 18 de abril de 2013, a BHG concluiu com sucesso a sua operação de follow-on, a um preço de R\$ 17,50 por ação, emitindo 20.313.744 novas ações ordinárias, por um valor bruto total de R\$ 355 milhões. Após a operação de follow-on, a participação da GP na BHG foi reduzida de 39% para 26,4%. Em 08 de agosto de 2014, a GP lançou uma oferta pública de aquisição de até a totalidade das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da BHG, com a finalidade de fechar o capital da empresa, em 27 de março de 2015 a CVM aprovou a oferta. O leilão ocorreu em 30 de abril de 2015, as ações foram adquiridas por um preço unitário de R\$19, totalizando R\$807.814. Em 08 de junho de 2015, em reunião da Assembleia geral da BHG foi aprovada a saída dos minoritários remanescentes (squeeze out) e em 13 de julho de 2015 a CVM aprovou o cancelamento do registro da BHG como companhia aberta. Em 2 de março de 2017, GP Investments informou ao mercado que a BHG e a Accor executaram um acordo que regula, entre outros itens, a aquisição pela Accor de contratos de gestão de 26 hotéis em diversas regiões do Brasil, cuja gestão era feita pela BHG. O preço total é de R\$ 200 milhões. Em 21 de novembro de 2017, L.A. Fundo de Investimento em Participações, BHG S.A. – Brasil Hospitality Group e Hotelaria Accor Brasil S.A. concluíram o Contrato de Compra. Em 21 de setembro de 2018, os fundos GPCP IV e GPCP4 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia assinaram um acordo com o propósito de vender suas participações em BHG para GTIS Partners (“GTIS”), uma empresa global focada em investimentos imobiliários e o maior acionista da BHG. A transação foi concluída em 21 de novembro de 2018 e o valor negociado da parcela do GPCP IV foi de R\$ 136 milhões. Em dezembro de 2019, a GP não possui mais participação na Companhia.

- (iv) Em abril de 2008, o fundo GPCP IV celebrou um contrato para a aquisição da Laticínios Morrinhos Ind. Com. Ltda. (“Leitbom”), Ltda. uma companhia brasileira de laticínios, por um preço base equivalente a US\$ 188.000 mil (aproximadamente R\$ 317.194 mil). Em agosto de 2008, o fundo GPCP IV aumentou seu investimento na Leitbom em US\$ 27.138 mil (aproximadamente R\$ 44.354 mil) e, em 11 de dezembro de 2008, efetuou um investimento adicional de US\$ 37.973 mil (aproximadamente R\$ 62.063 mil) por meio do veículo de investimento GP Dairy I. Em 8 de julho de 2010, Monticiano, um veículo de investimento detido pelo fundo GP Dairy I, anunciou um aumento de capital por meio de um consórcio formado pelas plantas de Leitbom, Gloria e Ibituruna, as duas últimas subsidiárias da Laep Investments Ltd. Essas três fabricantes de laticínios dividiram as mesmas instalações industriais, trabalhando juntas para maximizar o potencial de todas as suas marcas. Como resultado dessa operação, a participação indireta do fundo GPCP IV na Leitbom foi diluída de 95,8% para 38,3%. GP Dairy I é um veículo de investimento detido pelo fundo GPCP IV. Em dezembro de 2010, a Monticiano Participações S.A. (“Monticiano”), holding da Leitbom, anunciou a fusão de sua subsidiária com a Laticínios Bom Gosto Ltda. criando a Lácteos Brasil S.A. (“LBR”), uma companhia brasileira de laticínios. Os documentos vinculantes foram assinados em 22 de dezembro de 2010, e a operação concluída em 4 de janeiro de 2011. Esse investimento é classificado como Nível III. Como reportado anteriormente, a LBR – e toda a indústria brasileira de laticínios - enfrentou anos difíceis no passado recente. A LBR não teve alternativa senão entrar em recuperação judicial (equivalente ao Chapter 11) em fevereiro de 2013 como uma tentativa de proteger suas operações e realizar um processo de reestruturação da dívida. Apesar do ano de 2013 ter sido considerado como um ano de sucesso (quando LBR conseguiu otimizar as operações, reestruturar uma parte significativa de suas obrigações com a aprovação do plano de recuperação judicial em outubro, e melhora dos resultados financeiros), a capacidade da LBR para gerar fluxo de caixa das operações continuou a sofrer a partir de um defasado sistema tributário em que LBR paga ao adquirir matérias-primas e está isento ao vender a maioria de seus produtos acabados, portanto, acumulando créditos fiscais. Sem o devido reembolso dos créditos pelo Governo, e o esgotamento das tradicionais fontes de financiamento, a LBR foi forçada a tomar linhas de crédito muito mais caras, que sobrecarregaram seu fluxo de caixa. Em continuação com o processo de recuperação judicial, LBR implementou um processo de venda de ativos durante 2014, que foi aprovado pelos credores em

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Assembleia no mês de agosto. O processo de venda de ativos judicial foi bem sucedido e em Assembleia Geral os credores aprovaram por unanimidade a venda de todas as 14 unidades de produção em 21 de agosto de 2014. A oferta combinada totalizou R\$ 531 milhões, que foram utilizados para amortizar a dívida. Os licitantes vencedores incluem Lactalis (um dos maiores produtores de laticínios do mundo), bem como os agentes locais. Todos os funcionários de fabricação das operações vendidas, juntamente com uma grande parte do pessoal geral serão transferidos para os compradores. Dados os riscos associados ao investimento, a GP manterá o valor justo da LBR marcado a zero.

- (v) Em agosto de 2007, o fundo GPCP IV adquiriu uma participação nos negócios da Latin American Land Drilling and E&P Services businesses ("San Antonio International Ltd." ou "San Antonio"), representados por empresas de perfuração de poços de petróleo e serviços de gás sediadas em vários países da América Latina, da Pride International Inc., por US\$ 136.524 mil (aproximadamente R\$ 267.860 mil). A San Antonio oferece uma vasta gama de serviços para completar, manter e aprimorar a produção de poços de petróleo e gás, inclusive bombeamento de pressão, perfuração integrada, direcional e outros serviços relacionados a poços. Em 2008, o fundo GPCP IV realizou aportes de capital adicionais de US\$ 38.052 mil (aproximadamente R\$ 88.928 mil), e o GPCP V fez um aporte adicional de US\$ 103.034 mil (aproximadamente R\$ 240.790 mil). Em 27 de agosto de 2010, a San Antonio e suas subsidiárias celebraram acordos com seus financiadores para a reestruturação da dívida de US\$ 626 milhões (aproximadamente R\$ 1.098 milhões). Essa reestruturação de dívida contemplou uma redução de taxas de juros, prorrogação de vencimentos, conversão de parte da dívida sênior da San Antonio e suas subsidiárias em ações preferenciais resgatáveis e um novo aporte de capital. Certos financiadores converteram US\$ 109 milhões (aproximadamente R\$ 191 milhões) de suas dívidas em aberto em ações preferenciais da companhia e suas subsidiárias. A participação indireta da GP Investments na San Antonio aumentou para 22,67%. Em 7 de abril de 2012, um Contrato de Investimento foi assinado entre o BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR"), Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros ("Petros"), GP Investments, San Antonio Internacional, Ltd. ("SAI"), Lupatech S.A. (B3: LUPA3) ("Lupatech"), Oil Services Holdco Ltd. ("Oil Field Services"), Oil Field Services Holdco LLC, Teremesha Empreendimentos e Participações S.A. ("Holding San Antonio Brasil"), San Antonio Internacional do Brasil Serviços de Petróleo Ltda. ("San Antonio Brasil"), Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. ("Sotep"), Lochness Participações S.A. ("Lochness") e Lupapar Negócios e Empreendimentos Ltda. ("Lupapar"), oficializando as seguintes transações: (a) a execução, pela Oil Field Services, uma das controladas da SAI, de um investimento em dinheiro, no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Lupatech; (b) a eleição de novos membros do Conselho de Administração da Lupatech; e (c) incorporação, pela Lupatech, da Holding San Antonio Brasil, concedendo à Lupatech, direta ou indiretamente, participação total na San Antonio Brasil Partnership, aumentando significativamente o seu escopo em serviços no setor de petróleo e gás ("Incorporação"). O Conselho de Administração da Lupatech aprovou a incorporação, a qual foi aprovada oficialmente na reunião de acionistas da Lupatech realizada em 8 de agosto de 2012. Como parte da reorganização da Lupatech mencionada acima, a GPPE (uma subsidiária da GP) também emprestou o montante de R\$ 11.679 mil ao UNAP International, uma entidade relacionada com a SAI. Em 7 de Julho de 2014 os credores da SAOG iniciaram uma ação para a execução da garantia da dívida da SAOG, que é composta por 100% das ações da SAOG detidas pela Armadillo (uma holding intermediária controlada pela San Antonio International). A dívida da SAOG está inadimplente devido às restrições de capital, que limita a capacidade da empresa para transferir dinheiro para fora da Argentina, utilizando a taxa de câmbio oficial (durante 2013, 89% do EBITDA da SAI foi gerado na Argentina). Em Setembro de 2014, Lupatech concluiu o Processo de Reestruturação através do qual aproximadamente R\$1,1 bilhão de sua dívida foi convertida em ações ordinárias ao preço de R\$0,25 por ação. Como resultado, a participação da Oil Field Services foi diluída para menos de 1% das ações da Lupatech. Devido o processo de reestruturação acima mencionado, 85% da dívida da GPPE contra UNAP foi convertida em ações ordinárias à R\$0.25 por ação, enquanto os 15% remanescentes foram refinanciados. Em 30 de setembro de 2015, as ações da SAOG ainda estavam na posse do agente de garantia de SAOG Credit Facility. Apesar da Armadillo ainda ter direito ao excedente patrimonial das ações de SAOG, atualmente ela não está exercendo o controle sobre a mesma. Fundos de private equity geridos pela GP Investments continuam a deter o controle da San Antonio Internacional (a holding que detém 100% das ações da Armadillo), mas o cenário atual gera riscos em relação à sua participação indireta nas entidades operacionais. San Antonio é classificado como um investimento de Nível III, devido às circunstâncias atuais e risco associado com o investimento, o valor justo de San Antonio foi reduzido a zero.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (vi) Em novembro de 2007, o fundo GPCP IV adquiriu, por US\$ 55,8 milhões (aproximadamente R\$ 100 milhões), uma participação na Allis Participações S.A. ("Allis"), empresa brasileira proprietária da Soma Gestão de Serviços e Desenvolvimento de Recursos Humanos S.A., Soma Staffing Trabalho Temporário S.A., Top Service Serviços e Sistemas Ltda. e People Domus Assessoria em Recursos Humanos Ltda. Durante o mês de junho de 2012, foi celebrado um contrato para a venda da Top Service Serviços e Sistemas Ltda., cuja operação correspondente foi concluída em agosto do mesmo ano. Essas empresas prestam serviços de recursos humanos, incluindo fornecimento de mão de obra temporária, terceirização, busca de executivos e treinamentos. Hoje a Allis evoluiu para ser um fornecedor único de soluções de field marketing através de um portfólio de produtos que inclui talento, entrega e inteligência. A Allis é classificada como um investimento Nível III e devido as circunstâncias e riscos associados ao investimento, o valor justo está marcado a zero. Atualmente a participação da GP na Allis é de 75,1%.
- (vii) Em 8 de novembro de 2012, a GP anunciou o investimento de R\$ 450 milhões (cerca de US\$ 225 milhões) para a aquisição de 36,5% do Grupo SBF ("SBF"), a holding que controla 100% da rede varejista de artigos esportivos Centauro ou "SBF". O investimento foi feito por meio do GP Capital Partners V, L.P. ("GPCPV"), um fundo de private equity administrado pela GP Investments V, Ltd., uma controlada integral da GP Investments, com um compromisso de capital total de US\$ 150 milhões (aproximadamente R\$ 305 milhões), e por meio de coinvestidores, que investiram o valor remanescente. Esse investimento foi classificado como Nível III, cujo valor justo de mercado foi determinado através do método de Fluxo de Caixa Descontado. Atualmente, a participação da GP na Centauro é de 23,2%. No dia 6 de abril de 2019, a Companhia lançou seu IPO (*Initial Public Offering*), tornando-se uma companhia de capital aberto na B3. A partir de junho de 2019, o investimento em Centauro é demonstrado como Nível I pela GP. Em dezembro de 2019 a participação da GP na Companhia é de 16,9%.
- (viii) Em 13 de fevereiro de 2012, a GP Investments iniciou uma operação, a qual foi concluída em 2 de julho de 2012, com um investimento de R\$ 64 milhões (aproximadamente US\$ 33 milhões) na Empresa Brasileira de Agregados Minerais ("EBAM"), uma empresa líder no ramo de agregados minerais no Brasil. Do capital total investido, 78% consistiram em recursos primários para dar respaldo ao futuro crescimento e desenvolvimento da EBAM. Em 28 de março de 2013, o GPCPV realizou um aporte de capital totalizando R\$ 100 milhões (aproximadamente US\$ 50 milhões) na EBAM, além do investimento inicial de 64 milhões (aproximadamente US\$ 33 milhões) realizado em fevereiro de 2012. Com isso, a participação indireta do GPCPV na EBAM aumentou de 62% para 77,1%. A EBAM foi fundada em 2008 pela Amazônia Participações Ltda., uma empresa formada por um grupo de experientes geólogos e engenheiros de mineração que desenvolveram com sucesso projetos de exploração mineral em todo o país. Em 2012, já sob o controle do GPCPV, houve a fusão da EBAM com uma operação de rocha britada de propriedade da VPI, uma empresa com profundo conhecimento industrial sobre agregados minerais e pavimentação e uma extensa rede de contatos no setor. Como resultado dessa fusão, a EBAM emergiu como uma sólida plataforma para crescimento por meio de projetos de produção mineral e seletas aquisições em um setor fragmentado. A empresa representou uma oportunidade única para o GPCPV de se inserir em um setor importante e de rápido crescimento no Brasil, que deve continuar a se desenvolver a fim de atender às crescentes necessidades de infraestrutura do Brasil. Sólidas tendências para investimentos em construção, pavimentação e infraestrutura deverão continuar a comandar a demanda por agregados no Brasil nos próximos anos. O investimento foi feito por meio do GP Capital Partners V, L.P. ("GPCPV"), um fundo de *private equity* administrado pela GP Investments V, Ltd., uma controlada integral da GP Investments. Esse investimento foi classificado como Nível III, cujo valor justo de mercado foi calculado utilizando o método de Fluxo de Caixa Descontado. Atualmente, a participação da GP na EBAM é de 76,9%. Por conta da situação atual e do risco associado com o investimento, o valor justo da Companhia foi baixado a zero.
- (ix) Em agosto de 2013, o fundo GPCP V adquiriu uma participação na Cor Brasil S.A. ("Beleza Natural"), uma rede brasileira de institutos de beleza com foco nos consumidores brasileiros da classe C, por US\$ 30.455 mil (aproximadamente R\$60.554 mil). Fundada em 1993, a Beleza Natural desenvolveu produtos e serviços inovadores e exclusivos para cabelos ondulados. O investimento feito financiará o plano agressivo de abertura de lojas da Beleza Natural, que visa consolidá-la como uma referência nacional no seu segmento. Esse investimento é classificado como Nível III, cujo valor justo de mercado foi determinado através do método de Fluxo de Caixa Descontado. Atualmente, a participação da GP na

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Beleza Natural é de 32,6%. Por conta da situação atual e do risco associado com o investimento, o valor justo da Companhia foi baixado a zero.

- (x) Em maio de 2017, GP Investments Acquisition Corp (“GPIAC”) anunciou que havia entrado em um acordo de fusão definitiva com a Rimini Street, Inc (“Rimini Street”). A companhia vem redefinindo os serviços de suporte para softwares corporativos desde 2005 com um programa inovador e premiado que habilita licenciados da IBM, Microsoft, Oracle, SAP e de outros vendedores de softwares corporativos a economizar até 90% dos custos totais com suporte. Clientes podem se manter em suas versões atuais dos softwares sem nenhuma atualização exigida por um mínimo de 15 anos. Mais de 1.330 organizações da Fortune 500, midmarket, setor público e outras de uma ampla gama de indústrias atualmente contam com a Rimini Street como sua confiável provedora terceirizada de suporte. Em outubro de 2017, GPIAC anunciou a conclusão do acordo de fusão definitiva com a Rimini Street, Inc. e suas ações ordinárias passaram a ser negociadas na Nasdaq como “RMNI”. A transação angariou US\$50 milhões (aproximadamente R\$ 158 milhões) para a Rimini Street e os proventos foram utilizados para fornecer liquidez adicional no balanço patrimonial, reduzir a dívida total e pagar custos da transação. A GP Investments Ltd investiu US\$ 12 milhões diretamente na transação e, através da Spice Private Equity (“Spice”), uma companhia de investimentos listada na SIX Swiss Exchange, indiretamente controlada e gerida pela GP, investiu US\$24 milhões (aproximadamente R\$ 76 milhões), totalizando um investimento de US\$ 36 milhões (aproximadamente R\$ 114 milhões). Como resultado, GP e Spice possuem participações de 3,0% e 6,0% respectivamente em Rimini Street, já incluindo as sponsor shares da GPIAC, de acordo com os termos e condições combinados em seu IPO em 2015. A GP se beneficia de governança significativa da companhia combinada, trabalhando de perto com a equipe de gestão da Rimini Street e com dois representantes da GP se juntando ao Conselho de Administração.
- (xi) Em 21 de maio de 2013, a Companhia anunciou um investimento de aproximadamente US\$ 33 milhões (aproximadamente R\$ 67 milhões) para a aquisição de 26,7% da APEN, Ltd., uma companhia suíça de private equity listada em bolsa, em linha com o objetivo da Companhia que é analisar oportunidades de investimentos no mercado internacional, o que pode incluir também o Brasil. Em dezembro de 2013, a Companhia investiu cerca de US\$ 6 milhões (aproximadamente R\$ 14 milhões) na aquisição de uma participação adicional de 5%, aumentando assim a sua participação total na APEN, Ltd. para 31,7%. Com isso, a companhia formou por meio de investimentos diretos ou indiretos as seguintes subsidiárias totalmente controladas GP Lux, GP Swiss, GP Advisors Bermuda e GP Advisors. Em 26 de fevereiro de 2015, a APEN anunciou a mudança de seu nome para Spice Private Equity, Ltd. Em 28 de junho de 2016, a GP anunciou a aquisição de uma participação adicional na Spice, tornando-se o acionista controlador da empresa, com 58,5% de seu total de ações com direito a voto. A aquisição foi acompanhada por outra mudança na estratégia de investimento da empresa e pela alienação de parte da carteira, anunciada em 31 de dezembro de 2016. A carteira vendida era composta de todos os investimentos do fundo primário e de dois co-investimentos. A redução total do *commitment* pendente foi de US\$ 15,3 milhões (aproximadamente R\$50 milhões), deixando a empresa com apenas fundos maduros e investimentos diretos. A carteira foi vendida por uma contraprestação em dinheiro de US\$ 31,1 milhões (aproximadamente R\$ 101 milhões), acima do seu custo, gerando um ganho de aproximadamente 6,0% durante o período de detenção dessa carteira. Durante 2017, Spice adquiriu um percentual de Leon Restaurants Ltd e Rimini Street Inc pelos valores de US\$ 31,6 milhões e US\$ 24 milhões (aproximadamente R\$ 122 milhões e R\$ 92 milhões), respectivamente. Durante 2018, Spice adquiriu uma participação em FoodFirst Global Restaurants por um valor total de aproximadamente US\$ 100 milhões (aproximadamente R\$ 387 milhões) e se comprometeu a investir até US\$ 60 milhões em The Craftory, Ltd (aproximadamente R\$ 232 milhões). Durante 2019, a Spice realizou investimentos adicionais nas companhias: FoodFirst, The Craftory e Leon, nos valores de R\$ 53, 39 e 32 milhões, respectivamente.
- (xii) Em 31 de dezembro de 2019, os investimentos mantidos pela Companhia incluem terrenos de prédios residenciais e comerciais (varejo e escritórios), bem como estruturas existentes compradas para modernização e estruturas designadas para funcionarem como armazéns industriais.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As mutações na conta de investimentos do *Equity Portfolio* foram como segue:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
No início do período	2.082.236	1.983.311
Valorização (desvalorização) no valor justo	768.820	(460.255)
Reversão no valor justo não realizado na alienação de investimentos	(125.795)	331.328
Transferência para <i>SPV</i> para pagamento de despesas	2.918	1.563
Liberção de escrow	53.659	
Retorno de capital - <i>Portfolio de Spice</i>	(29.317)	(16.251)
RHI Magnesita - desinvestimento parcial - custo	(618.341)	
Alteração de investimentos - outros investimentos	5.877	22.555
BHG - desinvestimento total - custo	-	(493.528)
Receitas de vendas	-	(123.424)
Alienação de investimentos	-	(370.104)
<i>Portfolio de Spice</i> - investimento em <i>The Craftory, Ltd</i>	39.458	344.335
<i>Portfolio de Spice</i> - investimento em <i>Leon Restaurants</i>	31.753	-
<i>Portfolio de Spice</i> - investimento em <i>FoodFirst Global Restaurants, Inc.</i>	53.096	7.810
Variação Cambial	15.435	361.368
No final do período	2.279.800	2.082.236

(c) Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado incluem:

	Moeda	Domicil	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
			Total	Custo	Ganho (perda) não realizado	Total	Custo	Ganho (perda) não realizado
Investimentos em fundos								
Nível III								
Logística Brasil	R\$	Brasil	16.791	3.823	(1.184)	17.406	3.824	(5.932)
Empreendedor Brasil	R\$	Brasil	3.842	1.335	(99)	3.937	1.434	(969)
Monte Verde	R\$	Brasil						426
GP Aetatis II	R\$	Brasil						329
Brasil Agronegócio FIP	R\$	Brasil	6.770	8.455	(512)	7.261	8.397	577
Brasil Sustentabilidade FIP	R\$	Brasil	3.154	3.206	74	3.084	3.204	(608)
Brasil Portos e Ativos Logísticos FIP	R\$	Brasil	3.328	5.637	(235)	3.600	5.599	(434)
Terras Brasil	R\$	Brasil	473	1.000	(19)	507	996	279
			34.358	23.456	(1.975)	35.795	23.454	(6.332)

- (i) Logística Brasil - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado com prazo de duração de dez anos contados a partir do encerramento do prazo de captação, que poderá ser prorrogado por até três anos. O objetivo do fundo é obter ganhos acima do IPCA mais 9,5% por ano. O investimento inicial foi realizado em 16 de agosto de 2006. A BRZ Ltda. é responsável pela gestão do fundo.
- (ii) Empreendedor Brasil (com investimento direto da BRZ) - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de sete anos. Os três primeiros anos correspondem ao período de investimento e os quatros anos seguintes ao período de desinvestimento, com foco exclusivo em emergentes de pequeno porte cujo patrimônio líquido seja menor do que US\$ 172 e cujo faturamento líquido anual seja menor do que US\$ 86 e que apresentem significativo potencial de crescimento. O investimento inicial foi realizado em 2006. O comitê do fundo em julho de 2019 decidiu estender a liquidação do fundo até julho de 2020. A BRZ Ltda. é responsável pela gestão do fundo.
- (iii) Fundo Monte Verde - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado e destinado a otimizar ganhos com investimentos no segmento imobiliário. Durante 2018, a Companhia completou o desinvestimento no fundo.
- (iv) GP Aetatis II - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado. O prazo de duração é de cinco anos, com início a partir da data da primeira subscrição, que ocorreu em dezembro de 2003. O prazo do fundo foi prorrogado. Durante 2018, a Companhia completou o desinvestimento no fundo.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Brasil Agronegócio FIP - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado, com foco de investimento em companhias que atuem no setor de agronegócio. A BRZ Ltda. é responsável pela gestão do fundo.
- (vi) Brasil Sustentabilidade FIP - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de otimizar ganhos através de aquisições de títulos de companhias brasileiras cujas atividades estejam associadas a projetos ambientais para redução de gases de efeito estufa. A BRZ Ltda. é responsável pela gestão do fundo.
- (vii) Brasil Port. e Ativos Log. FIP - fundo constituído sob a forma de condomínio fechado, com o objetivo de investir em ativos portuários, retroáreas, manuseio, estocagem e transporte de cargas, bem como outros ativos e concessões nesses setores. A BRZ Ltda. é responsável pela gestão do fundo.
- (viii) Terras Brasil FIP - fundo cujo objetivo é investir diretamente e exclusivamente na Agrifirma Brasil S.A., empresa brasileira dedicada a investir em terras no Brasil. O Banco do Brasil é responsável pela gestão do fundo.

8 Valores a receber provenientes de “Escrow accounts”

	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Venda de Sascar (i)	<u>37.743</u>	<u>82.971</u>
	<u>37.743</u>	<u>82.971</u>

- (i) Em junho de 2014, o GPCP V anunciou a venda da Sascar para o Grupo Michelin pelo valor total de R\$ 1,6 bilhões, cujo valor justo de mercado era de aproximadamente US\$ 221 milhões para o GPCP V. O acordo compreendeu 100% das ações da Sascar, sendo que o GPCP V receberá R\$ 543,9 milhões, já tendo recebido R\$ 474,8 milhões até dezembro de 2014. Adicionalmente, R\$ 69,1 milhões estão aplicados em "escrow accounts", que serão recebidos nos próximos cinco anos. Em 27 de maio de 2019, o GPCP V recebeu 9.761.353,94 em uma liberação parcial da conta escrow. O montante do escrow é ajustado mensalmente e em 31 de dezembro de 2019 era equivalente a R\$ 37.743 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 82.971).

9 Bônus perpétuos

	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juros anual</u>	<u>31 de dezembro de 2019</u>	<u>31 de dezembro de 2018</u>
Bônus perpétuos	Dólares norte-americanos	10%	<u>281.911</u>	<u>506.134</u>
			<u>281.911</u>	<u>506.134</u>

Em 23 de janeiro de 2007, a Companhia emitiu bônus perpétuos no montante de US\$ 150.000 (R\$ 320.520), sem data de vencimento determinada, não resgatáveis antes de cinco anos e com taxa de juros de 10% ao ano, pagáveis trimestralmente a partir de 23 de abril de 2007. Em 5 de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

outubro de 2007, a Companhia emitiu um montante adicional de R\$ 72.368 em bônus perpétuos, com as mesmas características da emissão de janeiro de 2007. Os títulos perpétuos de outubro foram emitidos com um prêmio de R\$ 1.538, que vem sendo amortizado de acordo com o prazo mínimo remanescente dos títulos perpétuos.

Em 26 de outubro de 2009, a GP Investments obteve a aprovação da maioria dos credores do bônus perpétuo para que fossem realizadas as seguintes alterações aos termos da escritura que regem os seus 10% de títulos perpétuos, com o propósito de: (a) permitir à GP Investments a possibilidade de fazer um resgate parcial dos títulos perpétuos, nos termos vigentes na escritura no que tange ao resgate opcional dos títulos como um todo; e (b) eliminar a conta "Reserva de serviço da dívida".

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2016, a Companhia adquiriu parte dos títulos perpétuos, no valor de R\$ 336, com o objetivo de proporcionar liquidez aos investidores.

Durante 2017, a Companhia pagou uma parte adicional dos títulos perpétuos, no montante de R\$ 35.946.

O valor justo dos bônus perpétuos em 31 de dezembro de 2019, baseado no mercado e em taxas de juros para títulos perpétuos semelhantes, foi estimado em R\$ 281.911 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 508.079) de acordo com variáveis observáveis no mercado. O montante de juros relativo aos títulos perpétuos está apresentado na conta "Juros provisionados" e o valor correspondente em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.627 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 10.160).

No dia 23 de janeiro de 2019, a GP anunciou que havia concluído um pagamento parcial de aproximadamente R\$ 95.500 dos bônus perpétuos.

Em outubro de 2019, a GP anunciou um pagamento adicional de aproximadamente R\$ 168.000 dos bônus perpétuos.

10 Provisão para contingências

As subsidiárias da Companhia são partes envolvidas em determinados processos judiciais e, quando aplicável, a Companhia tem provisionado ou reconhecido perdas sobre a venda de seus investimentos, quando a administração acredita que tais perdas são prováveis e podem ser estimadas de forma razoável.

Ações, reclamações e processos judiciais foram ou poderão ser instituídos ou reivindicados contra a GP e suas subsidiárias. Embora os valores reivindicados possam ser substanciais, pode não ser possível determinar o valor do passivo final no momento devido à existência de consideráveis incertezas. Portanto, é possível que as receitas e despesas ou a liquidez de um determinado período sejam significativamente afetados por determinadas contingências. Entretanto, com base nos fatos disponíveis atualmente, a administração acredita que o desfecho dos assuntos pendentes ou reivindicados não terá um efeito adverso significativo na posição financeira da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para contingências era de R\$ 120.832 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 151.636). A administração entende que uma divulgação adicional referente a esses processos poderia prejudicar a sua resolução final.

Com base nos fatos atuais e levando em conta a opinião de seus consultores jurídicos, a administração da Companhia entende que as provisões existentes são suficientes para fazer face a eventuais perdas relacionadas a esses processos.

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui contingências cíveis e trabalhistas envolvendo riscos e perdas classificadas pela administração como possíveis, nos valores de R\$ 309.710 e R\$ 10, respectivamente (31 de dezembro de 2018 – R\$ 398.713 de contingências cíveis e R\$ 100 de contingências trabalhistas), respectivamente, baseadas na avaliação dos consultores legais, para as quais não foram reconhecidas provisões para estas perdas estimadas.

11 Patrimônio líquido

(a) Capital

Em 30 de abril de 2010, o Conselho de diretores da Companhia anunciou a emissão de ações bonificadas (*Stock Dividends*) à razão de 0,040324850:1 ação de Classe A (incluindo ações na forma de BDRs), e ações Classe B. Cada detentor de uma ação Classe A (ou BDR) ou ação Classe B da GP recebeu 0,040324850 ação adicional, a título de bonificação, para cada ação Classe A (ou BDR) ou Classe B de sua titularidade. O total de 4.953.674 ações de Classe A e 1.388.154 ações de Classe B foram emitidas ao valor de R\$ 57.976. Todas as ações bonificadas de Classe B foram reclassificadas como ações de Classe A.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2011, os acionistas aprovaram alterações nos Estatuto com relação à política de pagamento de dividendos. Tais alterações estabelecem que o Conselho pode, periodicamente, declarar dividendos para serem distribuídos a detentores de ações Classe A e Classe B proporcionalmente ao número de ações que eles detêm.

Em 14 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou um aumento do capital social autorizado. Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado

era representado por 173.637.578 ações Classe A com valor nominal de US\$ 0,0025 cada e 36.406.221 ações Classe B com valor nominal de US\$ 0,0025 cada; em 31 de dezembro de 2017, o número de ações emitidas e em circulação era de 75.321.532 ações Classe A (31 de dezembro de 2016 - 74.664.608) e 34.424.288 ações Classe B (31 de dezembro de 2016 - 34.424.288).

Durante 2016, um total de 3.211.697 ações Classe A representando R\$ 28 previamente adquiridas e mantidas pela Companhia como ações em tesouraria, foram canceladas. Além disso, um total de 181.920 ações em tesouraria representando R\$ 1.295 foram emitidas como pagamento para o Conselho de Administração.

Durante 2017, um total de 655.924 ações Classe A, representando um total de R\$ 5.039, foram emitidas como pagamento para o Conselho de Administração.

Os acionistas detentores de ações Classe A possuirão direitos de participação e voto limitados, conforme definido no Estatuto Social, ao passo que os acionistas detentores de ações Classe B terão direito a um voto em todos os assuntos submetidos às assembleias gerais.

As mudanças nos números de ações nos períodos apresentados estão resumidas abaixo:

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Classe A - no início do período	75.321.532	74.665.608
Novas ações emitidas		655.924
Classe A - no final do período	<u>75.321.532</u>	<u>75.321.532</u>
Classe B - no início e no final do período	<u>34.424.288</u>	<u>34.424.288</u>
Total - no final do período	<u>109.745.820</u>	<u>109.745.820</u>

(b) Lucro por ação

O lucro por ação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi calculado com base na média ponderada de ações, de acordo com a tabela abaixo (em milhares, exceto pelo número de ações):

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro líquido (prejuízo) do período atribuído à GP Investments	<u>298,802</u>	<u>(302,299)</u>
Média ponderada das ações ordinárias em circulação – básico	109,745,820	109,567,858
Efeito dos títulos diluídos		
Potenciais ações atribuíveis a opções de compra de ações		4,600,236
Média ponderada das ações ordinárias em circulação – diluído	<u>109,745,820</u>	<u>114,168,094</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ações – básico	<u>2.72</u>	<u>(2.76)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ações – diluído	<u>2.72</u>	<u>(2.65)</u>

(c) Ações em tesouraria

Em 14 de agosto de 2011, o Conselho aprovou uma aquisição de ações em tesouraria de até 12.218.078 das ações Classe A, que constituem aproximadamente 10% das ações Classe A emitidas e em circulação da Companhia, incluindo ações na forma de Brazilian Depositary Shares evidenciadas por *Brazilian Depositary Receipts* ("BDRs") (a "Aquisição de Ações em Tesouraria"). O período de aquisição dessas ações em tesouraria teve início em 13 de agosto de 2011 e findará em 13 de agosto de 2012 (o "Período de Aquisição"). O preço de compra para a Aquisição de Ações em Tesouraria será o preço de mercado cotado na data de cada transação na Bolsa de Valores de Luxemburgo (para as ações Classe A) e na B3 (para os BDRs).

Em 5 de agosto de 2013, o Conselho aprovou uma aquisição de ações em tesouraria de até 11.234.659 das ações Classe A, que constituem aproximadamente 10% das ações emitidas e em circulação da Companhia, incluindo ações na forma de BDRs. O período de aquisição dessas ações em tesouraria teve início em 15 de agosto de 2013 e terminou em 15 de agosto de 2014 e o novo período iniciou em 27 de outubro de 2014 e terminará em 27 de outubro de 2015.

Quando adquiridas, as ações em tesouraria são canceladas, o que permite à Companhia recomprar até 10% de suas novas ações emitidas e em circulação.

Durante 2015, a GP, por meio da sua subsidiária integral GPCM, adquiriu 20.408.801 BDRs na B3 por um montante de R\$ 142.820. Ainda, um total de 23.217.586 ações Classe A, representando R\$ 110.343 previamente adquiridas e mantidas pela Companhia como ações em

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
tesouraria, foram canceladas.

Durante 2016, um total de 3.211.697 ações Classe A, representando R\$ 28 previamente adquiridas e mantidas pela Companhia como ações em tesouraria, foram canceladas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

Durante o ano de 2019, GP, através de suas subsidiárias integrais GPCM e GP Cash Management, adquiriu um total de 126.844 ações em tesouraria, representando R\$ 2.619 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 1.005).

(d) Participação de não controladores

Aportes de capital de *Limited Partners* referem-se ao montante total comprometido pelos *Limited Partners* de acordo com os termos dos regulamentos dos fundos de *private equity* e *real estate*, para fins de investimentos. Durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2019, o aporte de capital de *Limited Partners* totalizou R\$ 199.494 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 53.926).

(i) Distribuição para *Limited Partners*

Distribuição para *Limited Partners* referem-se ao montante devido aos *Limited Partners* referente ao desinvestimento em investimentos dos fundos de *private equity* e *real estate*. Durante o exercício de 2019, a distribuição de capital para *Limited Partners* totalizou R\$ 449.049 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 108.573).

12 Opções de compra de ações

(a) GP

Programa de compra de ações

Em 14 de março de 2016, o Conselho de Diretores aprovou o cancelamento dos Planos de Opção de Compra de Ações de 2006, 2009 e 2011, anteriormente acordados entre a Companhia e seus beneficiários. Neste dia, o Conselho também aprovou um novo plano de opção de compra de ações de 13.000.000 ações de Classe A (o "Programa 2016").

Em 31 de dezembro de 2019, os programas de compra de ações existentes são:

(i) 2011 – Plano de Opção de Compra de Ações

Em 25 de abril de 2011, o Conselho de Administração da Companhia, mediante a anuência do Comitê de Nomeação e Remuneração, aprovou e implantou o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano de 2011") e as formas de adesão entre a Companhia e os beneficiários do Plano. Um total de 10.282.186 opções de ações Classe A pode ser concedido de acordo com o Plano. Em 17 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 4.915.433 opções de ações Classe A da Companhia do Plano 2006 e também aumentou o valor das opções a serem concedidas de acordo com o Plano de 2011 pelo mesmo valor, aumentando o número total de opções a serem concedidas no Plano de 2011 de 10.282.186 para 15.197.619. As opções outorgadas expirarão em dez anos, com um período de cinco anos para a aquisição do direito à uma taxa de 20% ao ano. Em 15 de setembro de 2014, o Conselho de administração aprovou o cancelamento de 890.794 opções de ações Classe A da Companhia do Plano 2006 e também aumentou o valor das opções a serem concedidas de acordo com o Plano de 2011 pelo mesmo valor, aumentando o número total de opções a serem concedidas no Plano de 2011 de 15.197.619 para 16.088.413.

As opções outorgadas expirarão em dez anos, com um período de cinco anos para a aquisição do direito a uma taxa de 20% ao ano. O Plano permite a emissão de novas ações. Em 31 de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

dezembro de 2015, do total de 16.088.413 opções aprovadas pela Companhia, 15.775.733 opções encontram-se elegíveis para exercício, porém ainda não foram exercidas pelos seus beneficiários. Em 14 de março de 2016, o Conselho aprovou o cancelamento parcial de 15.022.404 ações. Em 31 de dezembro de 2018, 1.029.569 opções foram concedidas, mas não foram exercidas pelos detentores.

As informações sobre a movimentação das opções de compra de ações são as seguintes:

	Número de opções elegíveis para exercício	Preço do exercício - US\$	Valor justo de mercado da opção - US\$
Em 31 de dezembro de 2016	<u>1.029.569</u>		
Em 31 de dezembro de 2017	<u>1.029.569</u>		
Opções <i>forfeited</i>	(589.560)	vários	0,43
Em 31 de dezembro de 2018	<u>440.009</u>		
Em 30 de setembro de 2019	<u>440.009</u>		

De acordo com o método de mensuração de opções Black & Scholes, o valor justo das opções outorgadas segundo o Plano de 2011 foi mensurado na data da outorga. Para fins de cálculo, as seguintes premissas foram utilizadas:

	Percentual				
	Preço de exercício	Taxa de rendimento	Volatilidade média anual esperada (*)	Taxa livre de risco (**)	Valor justo de mercado da opção - US\$
Opções outorgadas					
Fevereiro de 2012	2,54	5,0	45,01	2,02	0,92
Setembro de 2012	2,14	5,0	47,19	1,57	0,56
Janeiro de 2013	2,54	5,0	46,48	1,70	0,73
Setembro de 2013	1,63	5,0	44,79	2,73	0,59
Abril de 2014	1,89	5,0	38,11	2,70	0,36
Setembro de 2014	2,18	5,0	38,43	2,59	0,47
Agosto de 2015	1,83	5,0	38,96	2,23	0,43

* A volatilidade esperada do preço das ações foi determinada com base na volatilidade das ações Classe A da Companhia.

** A taxa de juros baseia-se na taxa das Letras do Tesouro Nacional dos Estados Unidos para um período semelhante ao prazo esperado das opções.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor intrínseco das opções do Plano de 2011 é nulo, porque o valor de mercado da ação de US\$ 1,64 estava menor do que o preço de exercício das opções.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou na rubrica "Despesas gerais e administrativas" uma despesa de R\$ 32 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 91).

(ii) 2016 - Plano de Opção de Compra de Ações

Em 2016, o Conselho de Administração aprovou, com a aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, o Programa de Opção de Compra de Ações ("Programa 2016") e a forma de contratos a serem celebrados entre a Companhia e cada beneficiário. Um total de 13.000.000 de

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ações de Classe A da Companhia pode ser outorgado no âmbito do Programa. Em 16 de maio de 2016 12.200.000 opções foram outorgadas e expirarão após dez anos, com um período de carência de cinco anos com base em um preço de exercício de US\$ 1.976. Em 31 de maio de 2017, 600 mil ações foram exercidas pelos beneficiários. No ano encerrado em 31 de dezembro de 2018, 3.600.000 opções foram perdidas pelos funcionários que deixaram a Empresa. Até 31 de dezembro de 2019, foram concedidas 8.000.000 opções, mas não exercidas pelos titulares.

As informações relativas ao número de opções em circulação para os empregados são as seguintes:

	Número de opções elegíveis para exercício	Preço do exercício - US\$
Em 31 de dezembro de 2017	11,600,000	Vários
Options forfeited	(3,600,000)	
Em 31 de dezembro de 2018	8,000,000	Vários
Em 31 de dezembro de 2019	8,000,000	

De acordo com o método de mensuração de opções Black & Scholes, o valor justo das opções outorgadas segundo o Plano de 2016 foi mensurado na data da outorga. Para fins de cálculo, as seguintes premissas foram utilizadas:

	Percentual				
	Preço de exercício	Taxa de rendimento	Volatilidade média anual esperada (*)	Taxa livre de risco (**)	Valor justo de mercado da opção - US\$
Opções outorgadas					
Maio de 2016	1,98	5,0	40,31	1,85	0,44

* A volatilidade esperada do preço das ações foi determinada com base na volatilidade das ações Classe A da Companhia.

** A taxa de juros baseia-se na taxa das Letras do Tesouro Nacional dos Estados Unidos para um período semelhante ao prazo esperado das opções.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor intrínseco das opções do Plano de 2016 é nulo, porque o valor de mercado da ação de US\$ 1.64 estava menor do que o preço de exercício das opções.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contabilizou na rubrica "Despesas gerais e administrativas" uma despesa de R\$ 1.238 (31 de dezembro de 2018 – 3.020).

Notas Explicativas*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma***13 Despesas por natureza**

	31 de dezembro de	
	2019	2018
Salários	(37.020)	(38.488)
Contingências	(25.759)	(28.208)
Despesas tributárias	(5.780)	(2.878)
Bônus e taxas de performance sobre ganho realizado	(20.860)	(18.670)
Bônus e taxas de performance sobre ganho não realizado	(17.172)	1.154
Projetos	(6.721)	(3.481)
Opções de compra de ações	(1.228)	(3.335)
Auditoria e consultoria	(11.437)	(14.397)
Aluguel	(4.841)	(4.587)
Viagens	(2.192)	(2.865)
Escritório	(2.282)	(2.357)
Outras	(14.008)	(14.205)
	(149.300)	(132.317)

14 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas subsidiárias possuíam prejuízos fiscais no Brasil disponíveis para compensação contra lucros tributáveis futuros que totalizavam R\$ 4.744 para imposto de renda e R\$ 1.705 para contribuição social sobre o lucro líquido (31 de dezembro de 2018 - R\$ 7.955 e R\$ 2.665). O efeito tributário do prejuízo operacional líquido totalizava R\$ 6.453 em 31 de dezembro de 2019 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 10.620). Os valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido apresentados na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são reconciliados às suas alíquotas nominais como segue:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	551,131	(602,872)
Resultado gerado pelas controladas domiciliadas nas Bahamas, Bermudas e Ilhas Cayman (lucro não tributável/despesas não dedutíveis)	(548,006)	604,548
Lucro líquido (prejuízo) atribuível às subsidiárias da GP Investments, Ltd. antes do imposto de renda e contribuição social	3,125	1,676
Alíquotas nominais de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido - 34%	(1,063)	(570)
Ajustes para obter as alíquotas efetivas		
Efeito líquido dos impostos apurados sob o regime de lucro presumido no Brasil	(2,549)	(4,638)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3,612)	(5,208)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia já havia cumprido seu compromisso de investimento no GPCP III e GPCP IV. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía compromissos em aberto nos valores de R\$ 14.379, R\$ 12.190, R\$ 21.246 e R\$ 866.429 com a GP Real Estate A, LP, GP Real Estate B, LP, GP Real Estate C, LP e GPCP V, respectivamente (31 de dezembro de 2017 - R\$ 14.317, R\$ 12.134, R\$ 21.161 e R\$ 894.424, respectivamente). Compromissos de capital não consolidados pelos *Limited Partners* não são demonstrados no balanço patrimonial, visto que a GP não possui o direito incondicional de receber caixa pelo fato de não ter identificado um investimento.

16 Contas a receber (a pagar) de partes relacionadas**(a) Taxa de administração e performance a receber**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía R\$ 112.529 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 2.391) de taxas de administração e performance a receber dos fundos de administração de ativos.

(b) Provisão de bonificação a pagar

A provisão para bonificações sobre ganhos realizados é definida de acordo com as métricas determinadas pelo Comitê de Nomeação e Remuneração. Em 31 de dezembro de 2019, foi registrada uma provisão para bonificações a pagar a empregados e partes relacionadas no montante de R\$ 155.025 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 28.646).

(c) Contas a receber de empregados e acionistas (não-circulante)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía valores a receber dos empregados e acionistas no valor de R\$ 34.338 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 41.635), dos quais, em geral, são remunerados baseados no índice IPCA + 5% por ano e tem um período de 10 anos a partir da data de desembolso. Os empréstimos foram concedidos a partir de 2007 no âmbito do patrocínio de empregados-chave e acionistas da Companhia para investir em um fundo de investimentos subsidiado pela Companhia.

(d) Empréstimos a receber de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía empréstimos a receber de partes relacionadas no valor de R\$ 61.283 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 88.481). Esses empréstimos referem-se à reestruturação organizacional no grupo de empresas San Antonio International Ltd., conforme divulgado na Nota 6(b), conforme apresentado abaixo:

Recebíveis	Taxa de juros anual - %	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Empréstimos para entidade relacionada à SAI	CDI	-	1,042
	3	-	17,351
	19 + Libor	-	22,230
Recebível de LBR		11,464	-
Recebível de GPIAC		49,819	47,858
		<u>61,283</u>	<u>88,481</u>

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) *Carried interest* – taxas de performance

Em fevereiro de 2012, o Comitê de Nomeação e Remuneração aprovou, em relação às taxas de performance, um aumento na alocação percentual aplicável ao *carried interest* do GPCP III para até 50%.

O valor do bônus a ser pago em relação aos Fundos GPCP IV, GPCP V, GPCP VI, GPRE e quaisquer novos fundos é de 50% da taxa de performance paga por parceiros limitados de terceiros e 25% da taxa de performance paga pela própria Companhia como *limited partner* nos fundos.

Em 31 de dezembro de 2019, GP V, na qualidade de *General Partner* do GPCP V, cedeu o direito de receber uma parcela do *carried interest* devido e distribuível pelo GPCP V, em consideração aos serviços prestados ao GPCP V no montante de R\$ 17.771.

Em 31 de dezembro de 2019, GP VI, na qualidade de *General Partner* do GPCP VI, cedeu o direito de receber uma parcela do *carried interest* devido e distribuível pelo GPCP VI, em consideração aos serviços prestados ao GPCP VI no montante de R\$ 98.506.

Em 31 de dezembro de 2019, os bônus e juros contabilizados em relação ao valor justo de mercado não realizados foram de R\$ 135.593 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 10.636) e são registrados em salários, bônus e encargos sociais e as despesas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 17.172 (31 de dezembro de 2018 - R\$ 1.154) incluídos em "Bônus e taxas de performance sobre ganho não realizado".

17 Informações por segmento

As operações da Companhia são geridas por meio de dois segmentos operacionais: o segmento de *private equity* e o segmento imobiliário, que representam as informações por segmento disponíveis para a nossa Diretoria Executiva, que as utiliza para avaliar o desempenho e alocar recursos. Esses segmentos foram estabelecidos com base na natureza das atividades de investimento em cada fundo, incluindo o tipo específico de investimento feito, a frequência de negociação e o nível de controle sobre o investimento. Os resultados financeiros dos segmentos são como segue:

Notas Explicativas*Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma*

	Exercícios findos em 31 de dezembro					
	2019			2018		
	Real estate	Private equity	Total	Real estate	Private equity	Total
Valorização no valor justo dos investimentos	58.663	710.157	768.820	(38.664)	(421.591)	(460.255)
Reversão no valor justo não realizado dos investimentos		(125.795)	(125.795)		331.328	331.328
Ganhos realizados, líquidos		(5.474)	(5.474)		(357.522)	(357.522)
Taxas de administração	(3.257)	41.744	38.487			
Dividendos		40.929	40.929		39.634	39.634
Taxas de performance		2.871	2.871		16.160	16.160
Perda realizada - BRZ, líquida		-	-		3.008	3.008
Outros		2.957	2.957		9768	9.768
Total de receitas	55.406	667.390	722.796	(38.664)	(379.215)	(417.879)
Gerais e administrativas	1.048	(103.726)	(102.678)	(4.510)	(80.929)	(85.439)
Contingências		(25.755)	(25.755)		(28.208)	(28.208)
Bonificações e taxa de performance sobre ganho realizado		(20.863)	(20.863)		(18.670)	(18.670)
Total de despesas	1.048	(150.345)	(149.297)	(4.510)	(127.807)	(132.317)
Receitas financeiras		26.045	26.045		31.230	31.230
Despesas financeiras	28	(48.441)	(48.413)	(22)	(83.863)	(83.885)
Ganhos (perdas) realizados em instrumentos derivativos, líquidos					(41)	(41)
Perdas não realizadas em instrumentos derivativos, líquidos					20	20
Receitas (despesas) financeiras	(8)	(22.396)	(22.368)	(22)	(52.654)	(52.676)
Imposto de renda		(3.612)	(3.612)		(5.208)	(5.208)
Lucro líquido (prejuízo)	56.446	491.037	547.519	(43.196)	(564.884)	(608.080)

Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Real estate	Private equity	Total	Real estate	Private equity	Total
Investments at fair value	<u>82.351</u>	<u>2.197.449</u>	<u>2.279.800</u>	<u>174.498</u>	<u>1.907.738</u>	<u>2.082.236</u>
Total assets	<u>82.351</u>	<u>3.243.589</u>	<u>3.325.940</u>	<u>174.498</u>	<u>2.912.422</u>	<u>3.086.920</u>

18 Eventos Subsequentes

O surto de Coronavírus foi declarado uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020 e atualmente está afetando países do mundo todo. As consequências econômicas e as incertezas resultantes do próprio Coronavírus ou de ações tomadas pelos governos e pelo setor privado para responder ao surto podem ter um impacto significativo no valor justo de mercado dos investimentos da Companhia. Espera-se que o setor de varejo, particularmente o segmento de restaurantes, seja fortemente afetado, e a Companhia - através de sua afiliada Spice Private Equity, Ltd - tem uma exposição significativa nesta área.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras
consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
GP Investments, Ltd.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da GP Investments, Ltd. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GP Investments, Ltd. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Planejamos e realizamos nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 considerando que as operações da Companhia não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Neste contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em
nossa auditoria

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível III (Notas 3.3, 4.1 e 7(b))

Conforme divulgado na Nota 3.3, a Companhia possui o montante de R\$ 882.602 mil, em 31 de dezembro de 2019, investido em ações e quotas de empresas de capital fechado, classificadas como Nível III, que atuam em diferentes segmentos e geografias. Desse montante, parcela substancial referem-se a investimentos no exterior na Spice Private Equity Ltd. ("Spice"). Essas ações e quotas de empresas de capital fechado não cotadas em mercado ativo são mensuradas à valor justo com base em estimativas da Administração da Companhia de acordo com premissas e modelos de precificação internos, com base, principalmente, em múltiplos de resultado ("EBITDA"), fluxo de caixa descontado e/ou preços de aquisições recentes. Atualizamos nosso entendimento dos controles internos relevantes relacionados à mensuração do valor justo destes instrumentos financeiros classificados como Nível III.

Com o auxílio de nossos especialistas, realizamos reuniões com os responsáveis da Administração pela elaboração e aprovação dos cálculos de mensuração dos valores justos dessas ações e quotas de empresas de capital fechado com o objetivo de estabelecer, com base em nossa experiência e julgamento, se os trabalhos de mensuração efetuados pela Companhia estavam consistentes com técnicas de valorização usualmente utilizadas no mercado, bem como, se estavam consistentes com exercícios anteriores, exceto quando mudanças foram necessárias, no julgamento da Administração, para melhor mensurar e divulgar o valor justo atual dos instrumentos financeiros.

Continuamos a considerar que a mensuração desses instrumentos financeiros é significativa para nossa auditoria devido a (i) a relevância dos saldos contábeis desses instrumentos financeiros classificados como Nível III, (ii) a subjetividade inerente na

determinação do seu valor justo exercida pela Administração da Companhia e (iii) os possíveis efeitos, nos resultados da Companhia, de eventuais mudanças nos modelos ou premissas de precificação utilizadas pela Administração. Ainda, testamos a metodologia de valorização desses instrumentos financeiros e as premissas adotadas pela Administração mediante: (i) entendimento da metodologia utilizada na avaliação; (ii) comparação das premissas observáveis no mercado, quando aplicável; (iii) re-execução independente, em base de testes, dos cálculos de valorização; (iv) confronto com as informações e valor justo apurados pela Companhia; (v) comparação dos resultados projetados no ano anterior com os efetivamente realizados, assim como com os atuais; e (vi) comparação das planilhas utilizadas para a avaliação das ações e quotas com os registros contábeis e com as divulgações efetuadas nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Adicionalmente, em relação a mensuração do valor justo dos investimentos detidos na Spice, realizamos comunicação e o envio de instruções ao auditor independente desse investimento. Assim, revisamos os relatórios recebidos desses auditores em relação a suficiência dos procedimentos de auditoria realizados e conclusões obtidas sobre a mensuração do valor justo desse investimento classificado como Nível III.

Nossos principais procedimentos de auditoria acima relacionados, entre outros, nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes sobre os critérios e premissas utilizados pela Administração para mensuração do valor justo das ações e quotas de empresas de capital fechado no contexto das demonstrações financeiras.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança,

mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 30 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Melissa Tuxen Wisnik
Contadora CRC 1SP221490/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e o Diretor de Relações com Investidores da GP INVESTMENTS, LTD., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.857.850/0001-50, com sede em 16 Burnaby Street, Hamilton, HM 11 – Bermuda, Bermudas, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas apresentadas.

São Paulo, 30 de março de 2020.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Presidente

Rodrigo Boscolo
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Declaração do Diretor Presidente

Eu, Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor elaborado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
 2. Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2019 da GP INVESTMENTS, LTD. e, baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.
- São Paulo, 30 de março de 2020.

Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano
Diretor Presidente

Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Eu, Rodrigo Boscolo, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório do auditor elaborado pela PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES não havendo qualquer discordância;
 2. Revisei este relatório das demonstrações financeiras relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2019 da GP INVESTMENTS, LTD. e, baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais informações refletem adequadamente todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.
- São Paulo, 30 de março de 2020.

Rodrigo Boscolo
Diretor de Relações com Investidores